



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LARISSA BRASIL CARDOSO**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL, TURISMO, PRECARIIDADE E RELAÇÕES DE  
TRABALHO: UMA ANÁLISE DA PRAIA DE COQUEIRINHO – PB**

**João Pessoa/PB**

**2025**

**LARISSA BRASIL CARDOSO**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL, TURISMO, PRECARIEDADE E RELAÇÕES DE  
TRABALHO: UMA ANÁLISE DA PRAIA DE COQUEIRINHO – PB**

Monografia apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pelo Centro de Ciências Humanas Sociais, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

**Orientador(a):** Prof. Dr. Mauricio Rombaldi.

João Pessoa

2025

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C268d Cardoso, Larissa Brasil.

Desenvolvimento local, turismo, precariedade e  
relações de trabalho : uma análise da praia de  
Coqueirinho - PB / Larissa Brasil Cardoso. - João  
Pessoa, 2025.  
80 f.

Orientador : Maurício Rombaldi.  
TCC (Graduação) - Universidade Federal da  
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
2025.

1. Trabalho. 2. Precariedade. 3. Gênero. 4. Raça. 5.  
Políticas públicas. I. Rombaldi, Maurício. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 338.48

**LARISSA BRASIL CARDOSO**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL, TURISMO, PRECARIEDADE E RELAÇÕES DE  
TRABALHO: UMA ANÁLISE DA PRAIA DE COQUEIRINHO – PB**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 05 de Maio de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador (a): Prof.(a) Me.(a)/Dr.(a) Mauricio Rombaldi.

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

---

Membro: Prof.(a) Me.(a)/Dr.(a) Mariana Shinohara Roncato.

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

---

Membro: Prof.(a) Me.(a)/Dr.(a) Thiago Panica Pontes.

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho total e integralmente para  
Marina Brasil Cardoso e Francisco Cardoso. E  
fico com uma frase celebre deste último.

Cabeça erguida... Sempre!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço as pessoas que me viram no meu mais alto e completo estado de inércia e inanição pessoal, me tirando, salvando, dando-me uma vida real ao qual muito tenho lutado para me manter e sobressair. São elas: Marina, Francisco, Elisângela, Rosângela, Leonardo, Beatriz, João Pedro, Mariana e Bernardo (estes dois últimos, que no tempo e espaço deste trabalho são crianças lindas e extremamente educadas. São, também, responsáveis por genuínos sorrisos e brincadeiras que me tornam criança e afastam-me do peso da vida adulta, ressignificando, em muitos momentos, minha própria existência).

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Maurício Rombaldi, pela paciência e gentileza em que cultivou a nossa relação profissional, inclusive em determinados momentos que acabei exigindo muito disso. Tenho gratidão profunda pelas oportunidades dadas e confiança que uma relação professor-aluno exige. Também agradeço aos professores da banca, o Prof. Dr. Thiago Panica e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Roncato por, de bom grado, fazerem parte desta minha etapa profissional. Todos os que aí estão, estão porque tenho admiração e estima profissional e a encaro não como uma banca avaliativa e, sim, como uma troca de saberes em que eu poderei aprender ainda mais.

Agradeço a esta instituição que ao largo dos anos, me proporcionou, não somente uma gama de novos conhecimentos acadêmicos que meu curso muito me desafia e me preenche, mas também experiências únicas de vida. Ahh UFPB! O que vivemos não caberia em uma estante repleta de livros.

Agradeço também a parte interessada deste estudo e que em muito colaboraram para sua existência, os trabalhadores (as) de Coqueirinho. Quando a minha pessoa passou a visitá-los fazendo perguntas, o estranhamento se dá de modo natural, principalmente ao ouvirem a palavra pesquisa, muitos desafios surgiram, nada incontornável e que possa frear o vínculo humano criado a partir da troca, da sinergia entre o pesquisador e os pesquisados. Portanto, espero de algum modo, influir para melhoria de suas formas laborais.

Incluo, nos meus agradecimentos, a entrevista concedida pelo ex-secretário de turismo do Conde, Felipe Jardim. É sempre proveitoso quando o setor público está aberto a colaborar, com o seu posicionamento, para pesquisas como esta.

Por fim, e o mais importante, beirando ao clichê. Agradeço a Deus por me manter sã, por este trabalho e pela minha existência.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar uma das faces da praia de Coqueirinho, localizada no estado da Paraíba, um dos destinos turísticos mais visitados da região, cuja principal atividade econômica é o turismo. O foco do estudo recaiu sobre as relações de trabalho locais, sendo fundamentado em conceitos relacionados ao desenvolvimento local, turismo e precariedade. Buscou-se traçar um perfil socioeconômico dos(as) trabalhadores(as) da região por meio da aplicação de questionários. O eixo central da investigação consistiu em compreender a dinâmica do trabalho precarizado no setor turístico, propondo uma leitura crítica da concepção de que o turismo representa unicamente oportunidades para trabalhadores(as) de baixa renda. Ademais, foram analisadas as políticas públicas voltadas para o setor, considerando as percepções de trabalhadores(as) e representantes do poder público sobre aspectos como infraestrutura, capacitação profissional e estratégias de divulgação, com o objetivo de avaliar seu potencial para mitigar a precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Precariedade. Gênero. Raça. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The present research aimed to analyze one of the aspects of Coqueirinho Beach, located in the state of Paraíba, one of the most visited tourist destinations in the region, whose main economic activity is tourism. The study focused on local labor relations and was grounded in concepts related to local development, tourism, and precariousness. It sought to outline the socioeconomic profile of the region's workers through the application of questionnaires. The central axis of the investigation was to understand the dynamics of precarious labor within the tourism sector, proposing a critical perspective on the notion that tourism solely represents opportunities for low-income workers. Furthermore, public policies aimed at the sector were analyzed, taking into account the perceptions of workers and public authorities regarding infrastructure, professional training, and promotion strategies, with the goal of assessing their potential to mitigate labor precarization.

**Keywords:** Work. Precariousness. Gender. Race. Public policies.

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Referente a julho de 2024:.....                                                                                                                                               | 20 |
| Tabela 2: Referente a agosto de 2024, ou seja, um mês de diferença e baixa estação.....                                                                                                 | 20 |
| Gráfico 1: Idade.....                                                                                                                                                                   | 31 |
| Gráfico 2: Escolaridade.....                                                                                                                                                            | 32 |
| Gráfico 3: Há quanto tempo está no trabalho atual?.....                                                                                                                                 | 33 |
| Gráfico 4: Renda: Salário-Mínimo = 1.518,00.....                                                                                                                                        | 34 |
| Gráfico 5: Vínculo empregatício atualmente:.....                                                                                                                                        | 35 |
| Gráfico 6: Gênero.....                                                                                                                                                                  | 47 |
| Gráfico 7: Acredita que por ser mulher o emprego na praia é delimitado, podendo exercer certas funções e outras lhe sendo negadas?.....                                                 | 48 |
| Gráfico 8: Raça/Etnia.....                                                                                                                                                              | 52 |
| Gráfico 9: Existe um movimento de cursos profissionalizantes por parte do governo municipal, na sua percepção eles são eficazes para diminuir a precariedade do trabalho na praia?..... | 59 |
| Gráfico 10: Você acredita que os governos, (federal, estadual e municipal) tem investido o suficiente para o turismo e o trabalho na praia?.....                                        | 59 |

## LISTA DE MAPAS E FIGURAS

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Mapa 1: Mapa do Litoral da Paraíba.....                                           | 29 |
| Figura 1: Lado da praia de Coqueirinho onde ficam os bares, restaurantes etc..... | 29 |
| Figura 2: Lado da praia de Coqueirinho onde fica a balneabilidade.....            | 30 |
| Figura 3: Mirante das Tartarugas.....                                             | 36 |
| Figura4: Mirante Dedo de Deus.....                                                | 37 |
| Figura 5: Shopping Rural Tambaba.....                                             | 38 |
| Figura 6: Shopping Rural Tambaba.....                                             | 39 |
| Figura 7: Shopping Rural Tambaba.....                                             | 39 |
| Figura 8: Castelinho da Princesa.....                                             | 41 |
| Figura 9: Barra do Graú.....                                                      | 41 |
| Figura 10: Final do expediente em Coqueirinho, lado dos bares etc.....            | 42 |
| Figura 11: Banner promocional de cursos profissionalizantes.....                  | 56 |
| Figura 12: Banner promocional de cursos profissionalizantes.....                  | 57 |
| Figura 13: Banner promocional de cursos profissionalizantes.....                  | 57 |
| Figura 14: Banner promocional de cursos profissionalizantes.....                  | 58 |
| Figura 15: Banner promocional de cursos profissionalizantes.....                  | 58 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                               | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO, TURISMO, TRABALHO E PRECARIIDADE.....</b>                                            | <b>13</b> |
| 1.1 Desenvolvimento, do nacional ao local.....                                                                        | 13        |
| 1.2 O setor do turismo.....                                                                                           | 17        |
| 1.3 Uma análise sobre Trabalho e Turismo.....                                                                         | 21        |
| <b>CAPÍTULO 2 - PRAZER, PRAIA DE COQUEIRINHO – PB!.....</b>                                                           | <b>28</b> |
| 2.1 Breve panorama e um perfil socioeconômico.....                                                                    | 28        |
| 2.2 Considerações sobre marcadores sociais de gênero: As formas laborais das mulheres em Coqueirinho.....             | 42        |
| 2.3 Considerações sobre marcadores sociais de raça.....                                                               | 49        |
| 2.4 A ação, ou inação, das políticas públicas em vista da mitigação das formas precárias na praia de Coqueirinho..... | 53        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                      | <b>61</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                              | <b>63</b> |
| <b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....</b>                                                                                 | <b>67</b> |
| <b>APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O EX-SECRETÁRIO DE TURISMO DO MUNICIPIO DO CONDE, FELIPE JARDIM.....</b>               | <b>70</b> |

## INTRODUÇÃO

Uma cidade no Litoral Sul da Paraíba, com uma população de 27,605 pessoas sendo 6,783 (26,77%) ocupadas, segundo o IBGE (2021, 2022), distante um par de quilômetros da capital Paraibana, João Pessoa, tem ganhado evidência por sua dimensão litorânea e propensão ao turismo. Este é o município do Conde – PB. Lá se encontram praias exuberantes tais como, a naturista Tambaba, as Tabatingas I e II, Carapibus, Praia do Amor, Jacumã, Barra do Gramame e, nosso foco de pesquisa, Coqueirinho. A praia, em questão, é extremamente importante para a região, por movimentar uma parcela significativa de visitantes e gerar, automaticamente, emprego no segmento serviços.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como a praia de Coqueirinho, importante destino turístico do Estado da Paraíba, é permeada por relações de trabalho precárias. Parte-se do pressuposto de que a localidade abriga uma diversidade de trabalhadores(as) que buscam seu sustento por meio de formas laborais que entram em contradição com a imagem de destino paradisíaco e com as políticas públicas voltadas ao turismo, que coexistem com a precariedade. Esta investigação tem como objetivo traçar o perfil socioeconômico desses trabalhadores(as) e analisar suas percepções acerca das atividades desempenhadas. Torna-se necessário, portanto, estudar as formas precárias de trabalho para, por meio de pesquisa, obter dados que contribuam para a mitigação dessas práticas e das políticas que públicas desvinculadas de uma preocupação com as condições de trabalho locais.

Dito isso, surgem indagações que norteiam esta pesquisa: de que maneira as políticas públicas podem ser articuladas ao desenvolvimento local e às dinâmicas laborais? Seria o setor de turismo, portanto, capaz de promover o desenvolvimento social sem estar alicerçado em relações de trabalho precárias?

Nesta pesquisa, adota-se como objetivo geral analisar as relações de trabalho em Coqueirinho, estabelecido na região no município do Conde/PB, relacionando-as com as políticas públicas voltadas ao turismo local. Para aprofundar a análise, colocam-se três objetivos específicos: o primeiro consiste em identificar as políticas públicas destinadas ao turismo na região; o segundo propõe realizar um levantamento das formas laborais precárias que subsistem na praia de Coqueirinho/PB; e o terceiro se refere à compreensão sobre os modos pelas quais os trabalhadores da praia de Coqueirinho vivenciam tanto a proteção quanto a precariedade no âmbito laboral.

Esta pesquisa está constituída da seguinte forma: no primeiro capítulo, será abordado um debate sobre o desenvolvimento local e o turismo, abordando, posteriormente, a relação entre turismo e precariedade. Em relação ao desenvolvimento local, adota-se uma perspectiva que parte de percepção de que o Brasil se constituiu economicamente a partir de ciclos, destacando o empobrecimento da região nordestina e suas consequências. A partir disso, no que tange ao turismo, serão abordadas sua definição e suas implicações sociais e econômicas. No último subcapítulo, discute-se o conceito marxista de "estranhamento" ou "alienação", que remete à ideia de trabalho como uma atividade penosa e inconsciente: o ato de servir existe por uma necessidade inumana de sobrevivência que dilacera e invalida o sentido do trabalho para o espírito humano. Por fim, observa-se que o Estado adere à ideologia neoliberal exerce dominação sobre os trabalhadores(as), conduzindo-os a condições laborais precárias.

O segundo capítulo apresenta a praia de Coqueirinho, ilustrada com imagens, em que se explicita a dinâmica socioeconômica existente na praia. Em seguida, serão avaliados os perfis socioeconômicos dos trabalhadores(as) e suas percepções acerca das condições de trabalho, especialmente no que diz respeito à predominância de formas laborais precárias. Posteriormente, aprofundam-se estudos sobre os marcadores sociais de gênero, introduzindo-se o uso de conceitos bourdieusianos como o de violência simbólica, além de contribuições dadas por Helena Hirata e Lombradi e Abreu, e, sobre os marcadores sociais de raça, as contribuições de Florestan Fernandes e Clóvis Moura, que discutem a interseção entre classe, raça e trabalho. Ao final do capítulo, será realizado um levantamento das políticas públicas implementadas — ou ausentes — na região, comparando as percepções do poder público e dos trabalhadores(as) sobre essas políticas.

Quanto à metodologia, esta pesquisa adota a observação participante na região, buscando identificar as atividades laborais exercidas, suas condições e os perfis dos trabalhadores(as). Foram realizadas 5 visitas, sendo 2 com a realização de passeios turísticos, e as outras 3 de observação nos bares, além de mais 3 referentes a aplicação de questionário. Também foi aplicado uma amostra de 40 questionários a guias turísticos, funcionários de estabelecimentos comerciais, trabalhadores que alugam guarda-sóis e cadeiras, flanelinhas e trabalhadores autônomos, com o objetivo de compreender os perfis socioeconômicos e as práticas de trabalho. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes públicos da Secretaria de Turismo do município do Conde/PB.

## CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO, TURISMO, TRABALHO E PRECARIIDADE

### 1.1 Desenvolvimento, do nacional ao local

Ao pensarmos em desenvolvimento, é possível compreendê-lo sob distintas perspectivas: para alguns, a dimensão econômica se apresenta como central; para outros, a social; e há ainda quem defenda a junção de ambas. Mais do que escolher entre essas abordagens, é necessário delimitar o nível de análise adotado neste trabalho, uma vez que a pesquisa perpassará tanto o aspecto econômico quanto o social, reconhecendo que um pode impulsionar o outro. Deste modo, inicia-se pela exposição do desenvolvimento em âmbito nacional, estabelecendo, em seguida, uma conexão com a realidade da região Nordeste. Por fim, chegaremos ao ponto central deste estudo: o município do Conde/PB e, especificamente, a praia de Coqueirinho, a partir do pressuposto do desenvolvimento local.

O Brasil tratado por Celso Furtado (2007) em *Formação Econômica do Brasil* constituiu-se, em seus primórdios coloniais, como uma vasta unidade produtora voltada para atender aos interesses de Portugal, principalmente na produção de bens primários provenientes da região litorânea do Nordeste. Inicialmente, destacaram-se as exportações de cana-de-açúcar, cuja transformação em açúcar contou com a influência dos holandeses. Após a expulsão dos holandeses, foram os próprios colonos portugueses residentes no Brasil que assumiram essa função produtiva. Entretanto, com a partida dos holandeses para as Antilhas, onde profissionalizaram a produção açucareira, instaurou-se uma forte concorrência internacional, o que provocou a queda dos preços e o consequente declínio da hegemonia brasileira sobre o produto. Paralelamente ao ciclo do açúcar, desenvolveu-se a atividade pecuária, inicialmente destinada a abastecer os engenhos com alimentos, couro e animais de tração. Com a decadência da produção açucareira, a economia colonial desloca-se para um segundo ciclo: o da mineração, especialmente do ouro. Movidos pela necessidade de superar a crise, inicia-se uma nova fase de exploração, que avança para o interior do território e contribui para a expansão da ocupação colonial. No entanto, a exaustão das jazidas auríferas logo se impõe, trazendo de volta a instabilidade econômica e a "má sorte" ao país.

Outro componente surge, é o café. Este cultivará uma nova classe agrária, mais ambiciosa e não mais no Nordeste, sim no eixo Rio-São Paulo. Esta classe produzirá tanto café, mais tanto café, que precisará queimá-lo para estabilizar a moeda e por tabela a economia. Gozar do fato de ter uma hegemonia não pode, e nem nunca resultará, em um

indulto para produzir desenfreadamente, sem responsabilidade com o câmbio. Obviamente, importar tornou-se mais caro, era hora, finalmente, de fomentar a indústria nacional e o mercado interno, isto não logrou tanto êxito por questões políticas e principalmente por letargia das elites, tanto açucareira, do café, pecuária, algodão etc., que continuava defendendo suas plantações. Ou seja, a indústria apesar de alavancada, não é, até os dias atuais, o principal motor econômico. Podemos fazer tal afirmação, segundo dados disponibilizados pelo próprio governo referentes a balança comercial de Fevereiro de 2025, que nossa economia é extrativa de petróleo, minérios, além de produtora massiva de soja, café, gado e algodão, etc. É notório, ver que através dos séculos a economia ficava refém de um novo boom sobre um produto e, depois, com a derrocada deste, logo entrava-se em depressão. O que vemos atualmente é um amontoado de produtos e uma parca industrialização com regiões muito industrializadas e outras pouco. É a isso que Furtado, como um dos pesquisadores sobre a região Nordeste, traz junto também ao documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) do Conselho de Desenvolvimento. O autor que tem a partir da premissa da industrialização para o desenvolvimento econômico e social, determinada duas categorias, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento nomeando regiões do país que se desenvolverá – Sudeste, Sul – e outra subdesenvolvida – Nordeste.

Pois bem, partindo para a região Nordeste, considerada subdesenvolvida pela GTDN, podemos ver, com a pesquisa intitulada, Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, que a região sofre com perturbações climáticas constantes como a seca, isto é um fato encontrado pelo extenso estudo e a ideia é trabalhar sobre essa premissa, não mais ignorá-la, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico da região. Constata-se, portanto, que a região Centro-Sul do país se industrializa a passos largos, enquanto o Nordeste tem uma relativa desvantagem sob a primeira, para reverter este quadro o documento insiste em uma industrialização na região, uma industrialização para bens a fim de abastecer mercado interno e o mercado também do Centro-Sul. Assim diz o documento;

Tendo em conta a elevada densidade demográfica da faixa litorânea, para elevar a produtividade do trabalho nessa região é mister aumentar a densidade de capital por pessoa ocupada, o que implica, necessariamente a industrialização. Com efeito: a absorção de grandes massas de mão-de-obra, a um nível alto de produtividade, em regiões que são escassos os recursos terra, só é possível com a instalação de indústrias manufatureiras. O primeiro passo consiste, portanto, em determinar que indústrias apresentar maior viabilidade econômica na região, tendo em vista o mercado local e a possibilidade de concorrer com as indústrias do Sul, quer nos próprios mercados nordestinos, quer nos mercados de outras regiões do país. Estudos preliminares [...] indicam que as dimensões do mercado justificam a

instalação de núcleo de indústria siderúrgica na região, núcleo esse que deverá permitir a expansão de indústrias de transformação de ferro, ações mecânicas, que existem atualmente em forma embrionária. (GTDN, 1959, p. 86)

O ponto principal do documento (1959) é pôr em prática um plano ousado, o de fazer uma espécie de reforma agrária transmutando milhares de pessoas do semiárido, que vivem em terras secas de subsistência, ou, quando possível, criadora de gado e algodão. A proposta seria deixar as terras secas, que nos períodos cíclicos perdiam-se valor, e ocupar as em melhores condições, maiores probabilidades de desenvolvimento socioeconômico, que estariam nas regiões mais úmidas e não ocupadas. Fazer do litoral não só produtor de Cana-de-açúcar, com engenhos que criavam uma elite, mas de alimentos para, assim, alimentar a massa que será mão de obra da indústria. O texto ainda menciona a abundância de mão de obra barata e miserável em busca de sobrevivência, algo que seria um atrativo para essa indústria em formação. O seguinte trecho, já nas últimas páginas do documento, ilustra claramente esta questão;

O objetivo central do presente Plano de Ação é, partindo de um claro diagnóstico do problema econômico nordestino, tentar modificar o curso dos acontecimentos, pelo ataque simultâneo em um conjunto de frentes consideradas vitais. A primeira meta é tornar o Nordeste mais resistentes a secas. Para tanto torna-se necessário reorganizar, em bases distintas das atuais, a economia das zonas semiáridas. Esta meta só pode ser alcançada mediante um deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, isto é, pela incorporação a economia regional das terras ainda não ocupadas, ou semi-ocupa das do hinterland maranhense e goiano, e pelo uso mais extensivo dos vales úmidos da região. Com a expansão territorial, na direção das terras úmidas maranhenses, diminuirá o desequilíbrio entre os fatores mão-de-obra e terra, que hoje caracteriza a economia nordestina. (GTDN, 1959, p. 93)

O documento da GTDN enseja o que posteriormente será criado, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A SUDENE (1959), criado a partir da lei 3.692, terá o intuito de trabalhar com diferentes instituições, sejam elas: financeira (Banco do Brasil S. A; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; Banco do Nordeste do Brasil S. A) seja por ministérios - indo desde Agricultura, passando por Indústria e Comércio, até Educação e Cultura etc.

Para se ter uma ideia clara do que a SUDENE significou para a região, extraio em artigo primordial do texto que atribui suas relativas funções:

Art 2º A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste tem por finalidades;  
a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;

- b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com o seu desenvolvimento;
- c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe foram atribuídos, nos termos da legislação em vigor;
- d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste. (Brasil, 1959)

A SUDENE, sendo uma autarquia, coube-lhe diversas responsabilidades, junto com ministérios, governadores e um corpo técnico que traçava melhores formas de viabilizar a indústria nordestina. Dois planos diretores foram postos em prática, o de 1961 e o de 1963, antes da instituição do governo militar. Sob o golpe militar não se teve tantos avanços, muitas das suas diretrizes foram deixadas de lado. Políticas direcionadas ao nordeste voltam na redemocratização principalmente nos governos Lula com programas sociais, planos nacionais de desenvolvimento e fomento à agricultura familiar, além de uma nova roupagem para a indústria (Brasil, 1959; Gumiero, 2017). Todavia, reformas estruturais, tais como Furtado pensará, acabaram se enfraquecendo como a própria SUDENE, que ainda existe, mas não tem tanto poder para orquestrar mudanças substanciais na região.

Está região que industrialmente não se desenvolverá como o Centro-Sul, perdeu terreno laboral ocasionando a acumulação flexível e, por tabela, a precarização laboral, isso tudo a partir dos anos 1990 com a onda neoliberal. Com isso surge outras formas laborais enfraquecidas como a informalidade persistente e o autônomo marginal - que recebe menos de um salário-mínimo. O Nordeste acompanha o relativo crescimento nacional, sente o boom que o país teve neste século até o ano de 2014, além das políticas sociais no governo Lula, mencionadas acima. Mas, declinou com a crise internacional e nacional. Apesar de acompanhar o país em termos de crescimento, laboralmente, a região oferece ainda mais precariedade do que em outras regiões. Se nos tempos de Furtado o Nordeste tinha muita mão de obra e sendo em suma maioria barata, nos tempos atuais a mão de obra é pouco capacitada, informal e precária (Véras; Rodgers 2021).

Pois bem, como está economicamente a Paraíba? E como fica a questão local?

Segundo o site G1, extraindo dados do IBGE, a Paraíba teve o segundo melhor posicionamento do Nordeste e a sexta melhor posição nacional em termos de avanço no PIB. Ou seja, em 2022 o PIB teve um crescimento de 5,6% onde o maior responsável pelo avanço foi o setor de serviços com 81,1% logo em seguida a indústria com 14,6% e, por último, a agropecuária com 4,4%. Podemos vislumbrar dessas informações, que o setor de serviços é o carro chefe da economia paraibana, com uma diferença alarmante dos outros setores, concluímos, então, que a indústria se apequena no Estado. Daí podemos, enfim, falar de um

setor que também é de serviços e que tem elevado a economia, o tal do turismo. O setor do turismo tem uma relevância muito alta para a região, mostraremos isto adiante.

Adentrando a questão do desenvolvimento local, propriamente dito, e visualizamos o Conde – PB, podemos compreender, então, como uma cidade pequena da Paraíba e, portanto, com parca industrialização, sendo possuidora de diversos atrativos naturais, que logo quando foram descobertos, vislumbrou-se o turismo como um setor econômico pujante e que poderia gerar emprego. Torna-se, então, detentora de regiões que são extremamente conhecidas na região, podemos citar aqui: Jacumã, ou a própria praia estudada, Coqueirinho. O Conde, então, utiliza de seu litoral para tornar-se conhecida e monetarizar suas belezas naturais. Laboralmente é necessário dizer que a geração de empregos é real, mas, como o próprio setor do turismo, pode ser sazonal, ou seja, trabalhos por temporada, é isto que veremos neste segundo capítulo com o estudo aprofundado de uma amostra. Podemos exaltar o emprego, mas que emprego? Um emprego que dá garantias, ou um emprego precarizado? Este é o ponto central desta pesquisa. Contudo, no momento, precisamos elucidar o que vem a ser turismo, como esse setor funciona e qual o seu poder perante a economia.

## **1.2 O setor do turismo.**

Existem diversas formas de se chegar a uma definição que apesar de ser um extrato resumo é de todo modo, tentador sempre possuir uma boa, então lá vai uma definição do que é turismo:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, se deslocam de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural. (De La Torre, 1980, p. 19 apud Dias, 2008, p. 29)

Acrescenta-se também uma definição de turista:

No documento (ONU/OMT, 1994), o “visitante” é a unidade básica da estrutura ONU/OMT, e é definido como qualquer pessoa que viaje a um lugar que não seja aquele habitual por um período de menos de 12 meses e cuja finalidade ao viajar seja o exercício de uma atividade remunerada no lugar que visite (Dias, 2008, p. 34)

Ambas as definições indicam que o turismo é, basicamente, um setor pautado no contato humano. Como afirma Dias (2008), é imprescindível que o turista estabeleça contato tanto com os residentes da área visitada quanto com os trabalhadores responsáveis pelos

serviços de hospedagem, recreação e consumo. Mas que tipo de contato é este? O turista chega ao local de destino carregando sua própria visão de mundo e, muitas vezes, projeta essa realidade sobre a cultura local. Esse comportamento pode provocar a perda de características culturais autênticas e, por meio do etnocentrismo, induzir o autóctone a processos de aculturação. Além disso, o consumo e a exibição material desenfreada por parte do visitante podem gerar frustração na população local, fenômeno conhecido como "efeito demonstração". Esses impactos representam apenas uma parcela das problemáticas que podem emergir da relação entre turistas e residentes. Outros efeitos também podem ser observados, como o aumento da prostituição, do consumo de drogas e da violência, todos frequentemente associados à intensificação da circulação de dinheiro nas regiões turísticas. Entre as questões aprofundadas nesta pesquisa, destaca-se a convivência com a precarização do trabalho local: trabalhadores(as) da região tendem a ser relegados a funções de baixa remuneração e pouca proteção social, enquanto cargos de gerência são frequentemente ocupados por pessoas oriundas de outras regiões, consideradas mais capacitadas. Soma-se a isso a presença do trabalho infantil, especialmente nas praias e nos principais monumentos turísticos, como também é apontado por Dias (2008).

Segundo Endres (2012) em sua tese de doutorado, o turismo é um instrumento para o desenvolvimento socioeconômico da localidade receptora, a atividade é encarada, logo após a segunda guerra mundial e o avanço dos direitos trabalhistas, como as férias, como um modo de elevar a qualidade de vida e de aproveitar o entrecruzamento com outras culturas. Países em desenvolvimento tem um investimento maior no setor por vislumbrar este como uma saída para seus problemas estruturais, incentivos fiscais que visam atrair o mercado internacional com o intuito de dinamizar o setor e, principalmente, políticas próprias, como a PRODETUR, que fomentam o segmento. Sobre as questões de sustentabilidade ao qual o segmento busca reagir, à discussão tem, como assinala Endres, em torno dos anos 1970, sua principal evolução com o catapultamento da ideologia que trabalha as suas premissas, que denota, além de desenvolvimento, principalmente econômico, um desenvolvimento que comungue com a realidade espacial e territorial do local receptor. São questões que Endres trata longamente em sua tese, principalmente como as políticas públicas agem no setor de turismo, veremos mais sobre no capítulo 2 desta presente pesquisa.

O turismo é um setor que necessita das férias dadas aos trabalhadores para gerar emprego a outros trabalhadores, enquanto uns logram estar na praia tomando água de coco, outros estão servindo em meio ao sol com proteção reduzida, geralmente camisa UV, boné, bermuda e descalço. Tais condições laborais existentes podem ser consideradas precárias, mas

o ilustrado de maneira assíduo sobre o turismo é o ganho que o setor engendra na economia. Uma questão importante é visualizar todos os aspectos do setor, seja sua ação no contato turista-residente, seja na sustentabilidade de sua aplicabilidade, seja econômica. Todas essas premissas precisam estar articuladas com algo além, com o trabalho exercido nestas localidades.

Falando sobre o quesito econômico do turismo temos o, Plano Nacional do Turismo 2024-2027, que reflete o quanto a crise desencadeada pela Covid-19 impactou o setor no mundo e no país, mas, principalmente, demonstra sua resiliência e determinação de prosseguir sendo relevante para a economia e para o trabalho. Trechos esclarecedores do documento se seguem:

No ano de 2022 — marcado pelo processo de recuperação das viagens, segundo dados do WTTC — o setor de turismo contribuiu com 7,6% para o PIB global, um aumento de 22% em relação a 2021 e apenas 23% abaixo dos níveis de 2019. Além disso, 22 milhões de novos empregos foram criados — apenas 11,4% abaixo dos níveis de 2019. Os gastos de visitantes domésticos aumentaram 20,4% (14,1% abaixo de 2019) e os gastos de visitantes internacionais aumentaram 81,9% (40,4% abaixo de 2019). Já em 2023, segundo a ONU Turismo, o turismo internacional recuperou 88% dos níveis pré-pandêmicos. O último Barômetro Mundial do Turismo, publicado em janeiro de 2024, estima que 1,286 bilhão de turistas internacionais foram registrados em todo o mundo em 2023, o que representa aumento de 34% em relação a 2022. Da mesma forma, a receitas totais do turismo internacional estão estimadas em US\$ 1,6 bilhão em 2023, quase 95% do US\$ 1,7 bilhão registrado em 2019. Por regiões globais, a Europa obteve os melhores resultados em 2023, uma vez que recebeu 700 milhões dos quase 1,3 bilhão de viajantes internacionais, o que representa 54% do total mundial. Sendo a região mais visitada do mundo em 2023, a Europa atingiu 94% dos níveis pré-pandemia em 2023. O continente africano recuperou 96% dos visitantes pré-pandemia em 2023 e superou os números de 2019. Segundo dados do último Barômetro Mundial do Turismo, a região registrou uma recuperação dinâmica em conectividade internacional em rotas intrarregionais e para a Europa e Médio Oriente. As chegadas nas Américas atingiram, em 2023, 90% dos números de 2019. Tais resultados foram apoiados por viajantes que partiram dos Estados Unidos com destino ao Caribe, El Salvador, Colômbia, República Dominicana e Curaçao. Por fim, Ásia e Pacífico atingiram 65% dos níveis pré-pandemia, com uma recuperação gradual desde o início de 2023, após a reabertura de vários mercados e destinos. (Ministério do Turismo, 2024, p. 23)

E segue afirmando:

Os severos impactos da crise do turismo doméstico, principalmente em 2020 e 2021, ainda têm suas consequências presentes. Cálculos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apontam que 476 mil vagas formais foram fechadas em 2020, conforme os registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em 2021, o saldo entre admissões e demissões aponta para a criação de 150,9 mil postos de trabalho, menos de um terço do total perdido. A Confederação mostra ainda que o setor acumulou perdas de R\$ 531,8 bilhões durante a pandemia. [...] O Relatório de Impacto Econômico, produzido pelo WTTC, estima que o setor arrecadará R\$ 752,3 bilhões em 2023, o equivalente a 7,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O valor vai superar em 5% o registrado no pré-pandemia (2019), quando foram contabilizados R\$ 716,5 bilhões.

Até o fim do ano, as mais de 50 cadeias econômicas também serão responsáveis por 7,9 milhões de empregos, indica o levantamento. Outra frente do relatório preconiza que o total de empregos gerados pelo setor em 2023 deve superar em 2,5% o registrado na pré-pandemia. De acordo com a entidade, o setor gerou 8,1% do total de postos de trabalho do país, demonstrando a força econômica e social do turismo brasileiro (Ministério do Turismo, 2024, p. 24-25)

Na análise dos ganhos econômicos do setor de turismo na Paraíba, com base nos dados fornecidos pela Empresa Paraibana de Turismo S/A (PBTur), observa-se que, no que se refere ao fluxo turístico, os dados de movimentação do aeroporto de João Pessoa evidenciam o impacto na economia local.

Em janeiro de 2025 — período de alta estação —, foram registrados 181.402 passageiros. Este número contrasta com o de agosto de 2024 — baixa estação —, que contabilizou 146.535 passageiros. Cabe destacar que, embora o aeroporto esteja localizado no município de Bayeux, é administrativamente considerado o aeroporto da capital, João Pessoa. Quanto à ocupação hoteleira, observa-se que, em janeiro de 2025, atingiu-se uma taxa de 88,43%. Em julho de 2024, essa taxa foi de 70,64%, e, em agosto de 2024 (baixa temporada), reduziu-se para 66,62%.

No tocante ao aspecto laboral, na sequência serão apresentadas dados sobre contratações, desligamentos e o saldo entre ambos, permitindo uma análise mais aprofundada sobre o impacto do turismo na dinâmica do mercado de trabalho local.

Tabela 1: referente a julho de 2024:

| Segmentos   | Admitidos | Desligamentos | Saldo |
|-------------|-----------|---------------|-------|
| Comercio    | 5.026     | 4.730         | 296   |
| Hotéis      | 110       | 104           | 6     |
| Restaurante | 942       | 911           | 31    |
| Transporte  | 535       | 432           | 103   |

Fonte: CAGED 2024; PBTur 2024

Tabela 2: referente a agosto de 2024, ou seja, um mês de diferença e baixa estação:

| Segmentos   | Admitidos | Desligamentos | Saldo |
|-------------|-----------|---------------|-------|
| Comercio    | 4.735     | 4.210         | 525   |
| Hotéis      | 123       | 110           | 13    |
| Restaurante | 1.047     | 908           | 139   |
| Transporte  | 511       | 375           | 136   |

Fonte: CAGED 2024; PBTur 2024

Os dados demonstram que o total de admissões em julho de 2024 foi de 6.613, em contraposto, as demissões giraram em torno de 6.177, ou seja, tem um saldo do total de 436 contratações e permanências reais. Já em agosto de 2024 as admissões giraram em torno de 6.416, e as demissões de 2.817, o salto ficará em um total de 813. É interessante notar que o mês de agosto efetivou mais do que julho, a baixa estação se sobressaiu a alta estação. Isso reflete o quanto se contrata nos meses de alta, o que acaba por refletir em uma sazonalidade, ou seja, uma forma laboral temporária, e que nas contratações da baixa temporada existem uma tendência a se ter uma maior permanência.

### **1.3 Uma análise sobre Trabalho e Turismo.**

Para compreender como a alienação se manifesta na realidade de Coqueirinho, basta observar o vai e vem de garçons e garçonetes entre as mesas. Pergunta-se: eles(as) têm consciência dos motivos que os levam a desempenhar essa atividade? Estão cientes dos custos físicos e/ou mentais envolvidos? A probabilidade de que a resposta a essas indagações aponte para o instinto de sobrevivência como principal motivador da prática laboral é significativa. Sob a lógica neoliberal — sistema econômico que predomina na contemporaneidade —, a precarização do trabalho é frequentemente dissimulada. Um exemplo concreto disso pode ser visto onde vendedores(as) se registram como Microempreendedores Individuais (MEI), o que, na prática, camufla a condição de trabalho precário. O discurso da "autonomia" e do "trabalho por conta própria" leva esses trabalhadores(as) a crerem que não estarem submetidos a relações laborais excludentes, dilacerantes e prejudiciais a sua saúde física e mental.

Quando Marx delimitou conceitos como: mais-valor; materialismo histórico; estranhamento/alienação; exteriorização e muitos outros, estava pensando em como vislumbrar as relações laborais do século XIX que eram, ou com a propriedade privada da terra e aí também está a questão da renda, ou com a indústria pujante em países que já ensejavam um papel de protagonistas econômicos da nova era mundial. Países como a Inglaterra e a França engendraram as novas mudanças, seja em avanços industriais, políticos e sociais, com revoltas marcantes como a francesa de 1789, ou a Revolução Industrial. Davam, portanto, o tom comercial e, principalmente, faziam emergir um novo sistema socioeconômico implementado pela burguesia, que em disputa assídua com a nobreza levava a melhor, este sistema seria o capitalismo. A Alemanha produzia filósofos como Hegel, e seus seguidores a direita e a esquerda; e um, em específico, que cortará com as premissas hegelianas, ora rechaçando, ora trabalhando sob outras formas seus conceitos. Este será Marx.

Para falar de Marx, e a ruptura com Hegel e os jovens hegelianos de esquerda, invoco um caderno de anotações de Marx junto a Engels, que se tornará livro posteriormente a sua morte, intitulado *A Ideologia Alemã* (2019). Nele vemos como Marx e Engels vão se impondo perante a filosofia, elucida que os filósofos tinham um olhar para as questões como o Eu, Deus etc., que eram largamente discutidas e que as transformações palpáveis da época, principalmente o sistema capitalista, que influenciavam o homem, eram postas de lado. A seguinte passagem explicita bem o posicionamento crítico de Marx:

Em total oposição a filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui se sobe da terra ao céu. Isto é, não se parte do que os homens dizem, imaginam ou representam para si, nem dos homens narrados, pensados, imaginados, concebidos, para daí chegar aos homens de carne e osso; parte-se de homens realmente ativos e, com base em seu processo da vida real, também se representa o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo de vida. As formações nebulosas no cérebro dos homens também são sublimações que resultam necessariamente de seu processo material de vida, que é empiricamente verificável e ligado a pressupostos materiais. Moral, religião, metafísica e toda outra ideologia e suas correspondentes formas de consciência perdem, portanto, qualquer aparência de independência. Elas não tem história, não tem desenvolvimento; ao contrário, os homens, desenvolvendo sua produção material e seu intercuro material e seu intercuro material, também transformam seu pensamento, ao transformar seu pensamento, ao transformar essa sua realidade. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida determina a consciência tomada como o indivíduo vivo; no segundo, que corresponde á vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e se considera a consciência apenas como sua consciência. (Marx; Engels, 2019, p. 21-22)

Partindo dessa análise de rupturas e continuidades no âmbito das relações de trabalho, é possível introduzir a discussão sobre conceitos fundamentais, em especial o materialismo histórico. Marx realiza um esforço metodológico para traçar uma linha histórico-material da vida dos indivíduos, analisando a evolução dos meios de sobrevivência desde os primórdios da história humana. Inicialmente, o ser humano estabelece uma relação direta com a natureza e com o ambiente ao seu redor, em um processo de apropriação laborativa que garante sua subsistência. Com o passar do tempo, surge a concentração acumulação de riquezas nas mãos dos capitalistas. Essa dinâmica estrutura o conceito de classes sociais, onde a burguesia e os grandes proprietários vivem de lucros e rendas, enquanto, na base da pirâmide, encontra-se o proletariado.

O núcleo do materialismo histórico reside na forma como o indivíduo se relaciona com a natureza, organiza sua sobrevivência e transforma seu entorno. À medida que as condições materiais mudam, surgem novas formas de produção, enquanto outras são descontinuadas.

Ocorre, então, a perda progressiva da liberdade individual: com a divisão do trabalho, os sujeitos passam a viver sob a lógica da produção e reprodução das condições materiais, perdendo a consciência crítica de si mesmos e do mundo que os cerca. O trabalho, nesse contexto, consome o indivíduo, que, muitas vezes, desconhece os processos que o levaram a essa condição. Em síntese, o materialismo histórico compreende a forma pela qual o ser humano se apropria da natureza e constrói um sistema no qual a vida é determinada pelas relações materiais (Marx; Engels, 2019).

Podemos dizer que o dinheiro, a terra, a fábrica, ou seja, a propriedade privada, são meios materiais, mas, também, podemos dizer que sem o trabalho não se tem a evolução desses elementos. O trabalho constitui o indivíduo e é necessário entender como ele pode ser vivenciado no sistema socioeconômico capitalista. A passagem para o sistema capitalista convulsionou o seu anterior, tirando aos poucos o poder da nobreza sobre a terra e dando ao arrendatário um futuro capitalista na fábrica. Contudo os monopólios agrícolas, e de outros meios, continuavam a render juros para esta classe que acabava investindo na crescente indústria. Essa classe se alimentava e investia com o intuito de obter lucro com pouco esforço laboral (Marx, 2010).

Segundo Marx (2010), nos Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, a classe trabalhadora, no entanto, jogada ao mar da precariedade laboral e tentando sobreviver as duras leis do sistema, busca, incessantemente, contornar essas questões. E quais sejam essas questões? A principal é a volubilidade dos salários que influenciam os demais âmbitos da vida humana no sistema. Nele, por exemplo, existe o fator descida e subida de salários com referidos equilíbrios, onde o trabalhador é considerado mercadoria e, obviamente, acaba por não ganharem, como os capitalistas, nos tempos de bonança. Todavia, não se neutraliza, para o trabalhador (a), suas percas quando a derrocada para o capital, ao contrário, é lhe determinado passar por situações de penúria. Além do que, o trabalhador se envolve em uma divisão do trabalho, tão predatória que o leva a aceitar qualquer papel laboral em prol de sua sobrevivência. Continuando neste caderno que também é de anotações e posteriormente publicado como livro, vamos para o segundo conceito, o de estranhamento e exteriorização.

Pois bem, Marx (2010), fala largamente de autores como Adam Smith e David Ricardo, dentre outros, os nomeando de economia nacional, tecendo críticas e complementando falas com o intuito de demonstrar sua própria premissa, expondo por A mais B quantas lacunas deixaram essa economia nacional. Passamos, então, a exemplificar uma dessas lacunas, e motivo de discordância para Marx. O trabalhador para a economia nacional se constitui como mercadoria, como dito acima, e como tal deve seguir os ditames do

mercado, seja com o próprio mercado, seja com seus próprios companheiros, no sentido competitividade, e isto seria o normal para a economia nacional. O importante aqui é ver que o novo conceito de estranhamento busca elucidar o quanto de precariedade o trabalhador, dentro de entendimentos como renda da terra e industrialização, jogo elucidado acima, vivência.

Portanto, estranhamento é o conceito de maior impacto, nele, podemos entender o indivíduo a parte de seu exercício laboral, sem perspectivas, aleijado de toda essa história contada por Marx, desde o materialismo histórico até sua própria existência no trabalho. Ou seja, o trabalhador não tem noção da sua força, seja produtiva, seja psíquica. Ele constrói o objeto e se afasta dele não criando nenhum vínculo real, o trabalho lhe é exterior, não está em sua consciência nem em seu desejo. O trabalho, então, se constitui como um peso, um elemento de apatia, desgosto, sem nenhuma capacidade de edificar consciência e corpo, ao contrário, ele degenera, a necessidade de um trabalho seja qual for, para a pura e simples sobrevivência anula a relação natural do ser humano e a natureza. E o trabalho intrínseco ao indivíduo incrustado em sua essencial, deixa de ter sentido e valor, que o leve ao prazer sublime da própria lógica que deveria ter a ação laboral (Marx, 2010). Contudo, Marx também aludi a possibilidade de sair dessa bolha da inconsciência laboral, seria a revolta da classe operário, uma solução eficaz para romper com esse ciclo que ultrage o trabalhador (a).

Contudo, todo esse retrospecto das duas obras de Marx são para chegarmos a alguns entendimentos, algumas comparações, principalmente vislumbrando o setor de turismo com o trabalho. O turismo é um setor, como já exposto, pujante e emprega milhões, porém qual a situação laboral dessas pessoas? A informalidade e precariedade, ao qual esta pesquisa tem enfoque é latente no mercado brasileiro. Tanto que Meliani (2021) nos dirá que adentrando aos anos 2000 tem-se uma relativa oscilação entre as décadas, mas acaba por ficar, em 2018, nos 51,3% da população laborial como informal. Isto demonstra as possibilidades que esses indivíduos tem de vida, se desconhecem o conceito de materialismo histórico e muito provavelmente trabalham sob a forma de estranhamento, seus esforços serão descomuns. Para dar um exemplo, cito aqui, já que é o enfoque desta pesquisa, Coqueirinho. Em observação participante pude notar que um trabalhador (a) em temporada de alta e praia cheia, estava tão atordoado (a) para atender as mesas que confundirá a uma turista, está última não compreendendo bem o porquê do horário de atendimento estar no fim, que ainda não tinha se alimentado e claramente estava sozinho atendendo aquele setor. Fica exatamente a questão, esse trabalhador sente prazer em seu trabalho? Tem consciência de si na ação laboral? O seu trabalho com a natureza é, de fato, uma união? Essas questões são difíceis de

se ter uma resolução porque o capitalismo camufla, torna normal o anormal, faz as pessoas se sujeitarem a formas laborais impróprias. A precariedade e o estranhamento seriam aí parceiros, no sentido de que a falta de consciência do trabalho natural ao indivíduo, e o deslocamento para o entendimento do trabalho que leva a exaustão física e mental é um passo que o capitalismo dá e infiltra no trabalho diário de trabalhadores, temos isto na praia de Coqueirinho. Como turismo são serviços e o uso de sua atividade não é fabril pode-se pensar que Marx está distante, mas, conceitos como mais-valor também cabe aqui. Podemos vislumbrar nesta mesma situação descrita, que o trabalhador está aumentando seu tempo de trabalho de forma não remunerada, sem horário formal de almoço ele está dando ao patrão mais horas trabalhando sem este lhe dar remuneração que seja equivalente ao seu esforço laboral real.

Quem trabalha bem essa questão do estranhamento com o turismo e cabe aqui ressaltar é Martoni (2019) em seu livro, *Turismo e Capital*, segue um trecho esclarecedor:

Uma reflexão a respeito da ideologia do espaço tornado turística e, portanto, enquanto componente da atividade econômica-prática, precisa começar tendo por base referencial a categoria alienação, sobre a qual se fez alusão na exemplificação do turismo nas townships: nos Manuscritos de Paris, Marx relata que “a economia nacional” não explica de onde provém a propriedade privada tratando-a como uma forma natural que sempre regulou as relações humanas. Já se apontou que tal forma de propriedade é um componente resultante do domínio do trabalho por um terceiro, ou seja, uma relação entre sujeitos que, não gerando de imediato essa forma tal como se conhece hoje, consiste em uma prática viável desde que exista a produção de excedentes e que a exploração de um indivíduo em relação a outro se amplie em função deles. Portanto, a propriedade privada tem seu germen na apropriação dos resultados do trabalho, sendo “ela a expressão mais crassa da submissão do indivíduo à divisão do trabalho, a uma determinada atividade que lhe é imposta [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 76). [...] esse estranhamento alcança e envolve as relações sociais que posicionam os sujeitos-produtores perante aqueles que usufruem dos resultados dessa produção. O trabalho compreendido para a fruição de outros e, portanto, que não está posto em função do desenvolvimento humano, torna-se somente um “meio [...] da existência individual” (MARX, 2010, p. 85) e não um fim em conformidade com as necessidades e possibilidades de desfrute coletivo, ou é meramente um fim para o objeto. Resulta disso “o estranhamento do homem pelo próprio homem” (MARX, 2010, p. 86), no qual a própria vida é subalternizada. Esse estranhamento em relação aos processos, produtos e relações humanas pode ser compreendido como alienação, ou, conforme esclarece Netto (1981, p. 74), ela [...] desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e [...] a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. Sujeitos alienados são, portanto, indivíduos que não compreendem os alicerces ou as raízes sócio-históricas que determinam seus papéis na sociedade, bem como se movem a partir de referenciais no ou sensíveis ao toque. (Martoni, 2019, p. 245-246)

Saindo dos pressupostos marxianos e marxistas, faço um salto e me dedico a falar de outro autor, com um legado primoroso na área de sociologia, seus conceitos são um convite a

enxergar o mundo de um modo único, Pierre Bourdieu é um contemporâneo que dá uma nova roupagem a conceitos como *habitus*, *campo* e *capital*. Falando introdutoriamente sobre cada um deles, podemos vislumbrar que *habitus* é a estrutura, estruturada e estruturante, pois bem, é a estrutura objetiva pressionando a subjetividade do indivíduo levando novamente a estruturar o mundo tal qual lhe foi concebido. Contudo, o *habitus* não é estático ele, literalmente se move, existe sim o indivíduo, mas este está localizado na estrutura, tudo o que ele faz, o faz porque foi condicionado aquilo, com ganhos no campo ele pode dinamizar seus posicionamentos, mas, para tanto, precisa de um espaço, uma certa ‘‘munição’’ para jogar o jogo no campo (Grenfell, 2018). E o que vem a ser o campo? O campo é a área em que o indivíduo quer se enquadrar, por exemplo, para ser professor universitário necessita-se de uma titulação, para se chegar a tal o indivíduo deve graduar-se e pós graduar-se, e aí concorrer ao cargo. Dentro desse caminho o acadêmico faz amizades que podem se tornar parcerias profissionais futuras, ou seja, ele vive a instituição, o campo, e nele se evidencia para catapultar-se a maestria. Para tanto, ter *habitus*, estar no campo, necessita-se incluir o *capital*, essas amizades lhe dão *capital social*, a academia lhe dá *capital cultural* e educacional e assim por diante. Concluindo essa questão introdutória, cabe-nos olhar Bourdieu sob uma área pouco estudada, a área do trabalho.

Bourdieu, lá pelo anos de 1998 escreve um pequeno livro com artigos rápidos, trata de temas como a comunicação, mídia, o neoliberalismo e a precariedade laboral, no extenso seguinte trecho, ele elucida:

Constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda a parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc, onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável. A esses efeitos da precariedade sobre aqueles por ela afetados diretamente se acrescentam os efeitos sobre todos os outros que, aparentemente, ela poupa. Ela nunca se deixa esquecer; está presente, em todos os momentos, em todos os cérebros (exceto certamente nos dos economistas liberais, talvez porque, como observava um de seus adversários teóricos, eles se beneficiam dessa espécie de protecionismo representado pela estabilidade, pela posição de titular, que os livra da insegurança...). Ela atormenta as consciências e os inconscientes. A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um

privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado (é aliás o que lembram a ele, ao primeiro deslize, seus empregadores, e, à primeira greve, os jornalistas e comentaristas de todo gênero). A insegurança objetiva funda uma insegurança subjetiva generalizada, que afeta hoje, no cerne de uma economia altamente desenvolvida, o conjunto dos trabalhadores e até aqueles que não estão ou ainda não foram diretamente atingidos. (Bourdieu, 1998, p. 71-72)

Bourdieu, então, chega a algumas conclusões, dentre elas a de que todo um sistema socioeconômico trabalha para perpetuar a precariedade. E que, na verdade, não é propriamente o sistema econômico que dita à precariedade e sim o sistema político, é a ideologia neoliberal que ultrapassa o quesito economia e adentra a vida do trabalhador. Em seu Estado nação, a França, onde se teve a era de ouro do estado de bem estar social, vê-se o trabalho perder a relevância, novas formas se soergueram e se transformaram. Em suma maioria, uma desqualificação laboral, pode nomeá-las como: informalidade, trabalho intermitente, o uso extensivo e indiscriminado do banco de horas, e o trabalho temporário, algo mais vigente em países chamados em desenvolvimento, mas que de uns tempos pra cá já fazem parte da dinâmica dos países centrais. Trabalhos são cada vez mais raros, e quando existem, exige do trabalhador um tom de alerta porque se não aceitar sua condição precária logo tem um exército de desempregados que almejam sua vaga, o mercado, pois, joga com esses fatores (Bourdieu, 1998; Druck 2011).

Fato é que, Bourdieu (1998) classificou a precariedade como um evento que está perigosamente se espalhando, ganhando corpo e que o trabalho concreto protegido perde cada vez mais espaço. Governos não reagem, precariedade antes que se destinava a imigrantes, hoje, na França, está condicionada a todos, sem distinção de classe, raça ou etnia.

Para concluir, gostaria de trabalhar com um artigo intitulado, Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro, da autora Graça Druck (2011). Ela faz importantes contribuições para pensar o trabalho e a precariedade. Dentre elas, está à forma como o país se industrializou, ou em regiões como o Nordeste, como vimos, pouco se industrializará e com isso não se teve um Estado de Bem-estar Social como os países do norte e europeus. Portanto, a precariedade é mais evidentes no Brasil. Outro ponto é o da flexibilização, nesta forma o emprego é esticado a níveis altíssimos, o indivíduo trabalha pressionado sobre o fato de que se não for polivalente, ou mesmo, se não ceder aos ditames do empregador, travestidos de favores, pode perder seu trabalho.

## **CAPÍTULO 2: PRAZER, PRAIA DE COQUEIRINHO – PB!**

### **2.1 Breve panorama e um perfil socioeconômico.**

A praia de Coqueirinho é um berço turístico na Paraíba. Considero, através de observações, sua forma como dual por ter de um lado, os restaurantes, bares, oferta de passeio, sorveterias, lojas de moda praia e outros atrativos mais. Do outro lado, passando pelo Dedo de Deus na areia ou pegando uma pequena trilha para se chegar, temos um local de balneabilidade e tranquilidade onde o aluguel de guarda sóis é o que se faz presente. A praia abriga esportes radicais como o voo panorâmico, o voo de helicóptero e os próprios passeios feitos através de bugues e quadriciclos, em busca de chegar a paisagens paradisíacas como a dos Mirantes, Dedo de Deus e Tartarugas. O seguinte passo do passeio é se chegar ao Shopping Rural de Tambaba. Lá são oferecidos doces, cachaça artesanal, coco, moda praia e tudo o mais para o turista, fica-se um determinado período por lá em vista do consumo de tais produtos. Segue-se, então, para o último (ou penúltimo) atrativo, o Castelo da Princesa, nele temos um pico formado pela ação do mar e da chuva, além de, na entrada, a oferta de comercialização de bebidas artesanais. O último ponto é para quem deseja se aventurar mais e, geralmente, desembolsa-se, para tanto, um valor extra, seria a Barra do Graú, com uma imagem deslumbrante, um encontro entre rio e mar formando piscina e águas tranquilas, além de uma areia branca convidativa para os bugues e quadriciclos se aventurarem.

Apesar da cidade como um todo ter a agricultura de subsistência e eventual comércio do que se planta como um fator forte, o turismo acelera e dinamiza o jogo econômico, talvez por isso seja um setor que tem um olhar mais atento, tanto da sociedade civil, quanto do setor público e privado, como veremos ao falar sobre a ação do Estado. Fato é que para entendermos quem é a praia de Coqueirinho e, principalmente, suas formas laborais intrínsecas, é necessário aprofundar-se nela, para tanto elaborei um questionário ao qual foi aplicado com 40 trabalhadores (as). Vale ressaltar que este estudo não busca uma verdade suprema, e que, apesar de ser considerável, ela não é um todo e pode ocorrer exceções.

**Figura 1:** Mapa do Litoral da Paraíba



Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Plano de gestão integrada da orla marítima do município do Conde - PB, Julho 2018.

**Figura 1:** Lado da praia de Coqueirinho onde ficam os bares, restaurantes etc...



Fonte: A autora. 2023

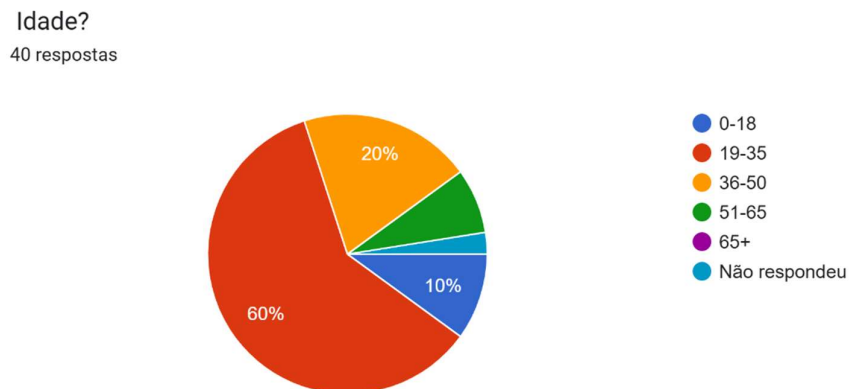
**Figura 2:** Lado da praia de Coqueirinho onde fica a balneabilidade



Fonte: A autora. 2023

Este questionário tem como intuito traçar um perfil base dos trabalhadores e trabalhadoras da praia. Tendo, portanto, trazer à tona problemáticas sociais, laborais e políticas da região. Uma visão que até então não se tinha sobre esta praia que pela sua exuberância é conhecida, mas não pela forma como o emprego se dá nela, por exemplo. Vale ressaltar que, em certa medida, este estudo é pioneiro e tem como ambição mostrar a dimensão das questões intrínsecas a praia, com o foco principal no trabalho e com o objetivo de traçar um perfil socioeconômico que se faz necessário por exatamente demonstrar quem é este trabalhador como ser social e político. Sem mais delongas seguimos para a análise.

O primeiro fator aqui retratado é a idade. Isso se dá porque gênero e raça, que se configuraram como primeiras perguntas terão uma seção especial vinculada a seus marcadores. E, principalmente pela sua importância no sentido força de trabalho, já que quanto mais jovem a faixa etária mais se pode ter níveis baixos de escolaridade – veremos que a maioria ficou somente até o ensino médio -, além de baixas perspectivas e percepções desviadas. Um exemplo disso é um (a) entrevistado (a) que revelou ter apenas 16 anos e manusear objetos cortantes trabalhando com bebidas alcoólicas. No seguinte gráfico é demonstrado que a juventude é a maior constituinte laboral em Coqueirinho.

**Gráfico 1: Idade.**

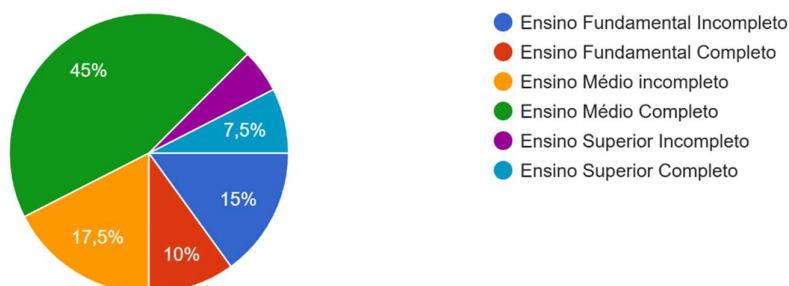
Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025.

Como exposto através do gráfico, à idade com maior índice de incidência seria a de 19-35 anos com 24 resposta afirmativas perfazendo 60% dos entrevistados. Podemos fazer também outras observações, como o fato de que 10% ou 4 entrevistados serem de 0-18 anos. Ou seja, temos uma total de 70% (28 pessoas) sendo de 0-35 anos como agentes laborais na praia, o que podemos afirmar, que a amostra nos diz, é que a praia é composta por suma maioria de pessoas jovens. O restante de 35-50 e 51-65 anos perfaz um total de 11 pessoas (27,5%). Podemos acarretar essa discrepância ao desgaste físico que a praia exige e, principalmente, ao que muito fora dito, as oportunidades de emprego que o turismo traz, para a população mais jovem. A questão aqui é saber, a que custo?

**Gráfico 2:** Escolaridade.

Escolaridade?

40 respostas



Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025.

Em relação à escolaridade, observa-se que o ensino médio completo corresponde a 18 indivíduos (45%). No entanto, é importante destacar que o número de entrevistados com ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto totaliza 17 pessoas, quase igualando-se ao grupo com ensino médio completo. Esse dado revela uma tendência à baixa escolaridade entre os trabalhadores(as). Tal cenário se confirma ao considerar que apenas cinco entrevistados (12,5%) possuem ensino superior incompleto ou completo. Isso evidencia que, embora a região apresente oportunidades de trabalho, ainda absorve pouca mão de obra especializada.

No que se refere à moradia, verificou-se que 16 pessoas residem em Jacumã, no município de Conde, enquanto outras 11 vivem em áreas adjacentes do próprio Conde. Além disso, foram registrados moradores de Carapibus (2 pessoas) e da Comunidade de Tambaba (2 pessoas). Com apenas um residente cada, figuram localidades como: Aldeia Mata da Chica, Vila dos Pescadores – Jacumã, Coqueirinho, Rio Grande do Norte, João Pessoa, Santa Rita, Tabatinga, Pitimbú e Bayeux. Embora os trabalhadores(as) provenham de diferentes áreas e até mesmo de outros municípios, a maioria reside em regiões próximas a Coqueirinho, reforçando a ideia de que a proximidade territorial e os incentivos do governo municipal — como a oferta de cursos profissionalizantes voltados ao turismo — influenciam a ocupação desses postos de trabalho.

Quanto às funções exercidas, os dados mostram que 14 pessoas trabalham como garçons e garçonetes, além de uma pessoa que atua como auxiliar de garçom, configurando essas funções como as mais representativas na amostra. Em segundo lugar, figuram os guias

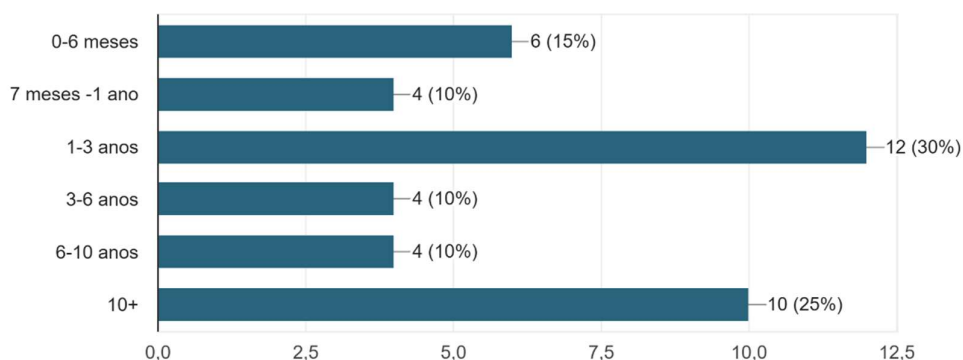
turísticos, com seis entrevistados. Outras funções surgem com menor incidência, com apenas um representante para cada uma delas, como vendedor(a) e microempreendedor(a), vendedor de passeios, trabalhador(a) sem função definida, bombeiro em formação, chefe de cozinha, churrasqueiro, vendedor(a) de bebidas, agricultora, cozinheira, flanelinha, balconista, vendedora de gelados, artesã e autônomo.

Um aspecto relevante observado foi a questão da identidade profissional: em um dos casos, a entrevistada que se identificou como "vendedor (a) de gelados", formalizada como MEI, rechaçou a classificação de "autônomo (a)", sentindo-se até mesmo ultrajada pela sugestão. Esse episódio revela como a identificação com determinadas categorias laborais pode afetar a percepção de pertencimento e dignidade do trabalhador(a).

**Gráfico 3:** Há quanto tempo está no trabalho atual?

Há quanto tempo está no trabalho atual?

40 respostas



Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025.

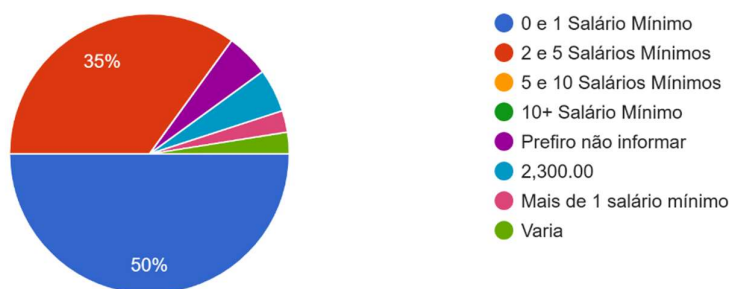
Na questão, há quanto está no trabalho atual? Subsiste um fato, o de a maioria está entre 0-3 anos com 22 pessoas (55%) nesta camada. O que demonstra certa sazonalidade apesar de, ser importante ressaltar, existe uma quantidade significativa de trabalhadores (10 pessoas, ou 25% do total estudado) com mais de dez anos laborais em Coqueirinho. Ou seja, cravar que o trabalhador e a trabalhadora tem menos tempo laboral na praia de Coqueirinho denota certa imprudência, mas também ignorar o fato de que se permanece como maioria um tempo laboral que vai até 3 anos e descartar a sazonalidade é um exagero de avaliação. O certo é manter o critério de sazonalidade como explicitado, mas expor que,

na praia de Coqueirinho, existem trabalhadores de longa data e muito tradicionais, esta visão inclusive casa com a explicação dada pelo ex-secretário de Turismo do Conde, ao relatar animosidade entre poder público e trabalhadores.

Cabe aqui denotar que a pergunta por horas laborais na semana ficou entre 41-60 horas com a aderência de 31 pessoas (77,5%) sendo 7,5% para pessoas que trabalham acima de 60 horas. E que a grande maioria (33 pessoas, ou 82,5%) trabalham todos os dias da semana, folgando um ou dois dias. Isto demonstra que existe certa regularidade nos dias e horas trabalhadas, que apesar de ter dias em que não se tem tanto movimento, por ser um ambiente em que as pessoas se destinam a ir em seu momento de lazer, e não em seu cotidiano, tem-se trabalho.

**Gráfico 4:** Renda: Salário-Mínimo = 1.518,00

Renda: Salário Mínimo = 1.518,00  
40 respostas



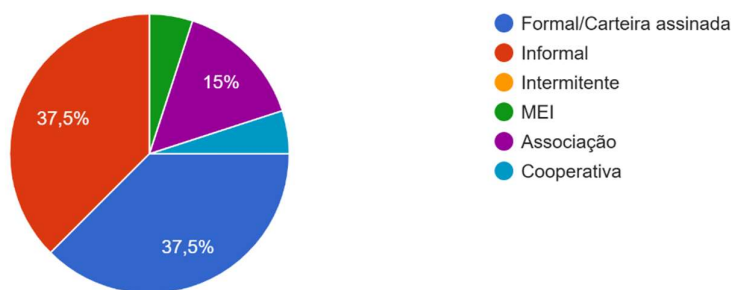
Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025.

Neste quesito é notória a participação de 20 pessoas (50%) recebendo de 0-1 salário mínimo, enquanto que 14 pessoas (35%) recebem de 2-5 salários mínimos, e, em torno de 5 pessoas recebem mais de 1 salário mínimo, mas não o suficiente para se chegar a 2 salários mínimos. Tem-se também 1 pessoa que afirmou que sua renda varia. Neste caso da renda, Coqueirinho demonstra um fator de instabilidade, pois mantém seu corpo laboral com baixas perspectivas salariais. Contudo, quando perguntados se a quantia que recebem seria suficiente, cerca de 25 pessoas (62,5%) disseram que sim, é suficiente. Enquanto negativamente assinalaram 14 pessoas (35%). Diante deste prognóstico a questão não pode se esvaír aí, avaliar, por exemplo, quanto especificamente de quem recebe 0-1 salário-mínimo está satisfeita (12 pessoas) e o quanto não está satisfeita (8 pessoas), dá uma visão

do que vem a ser satisfatório ou não para quem trabalha na praia. Como dito no início dessas observações referentes a este questionário, ainda se tem poucos estudos correlacionado ao tema, muito ainda pode e deve ser explorado. Ficando com o temos, até então, a conclusão pode ser de uma renda baixa, mas que satisfaz a maior parcela da amostra estudada.

**Gráfico 5:** Vínculo empregatício atualmente:

Vínculo empregatício atualmente:  
40 respostas



Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025

Aqui temos uma curiosidade, um empate entre formal e informal, ambos com 15 pessoas (37,5%); estando com 6 pessoas (15%) em associação; 2 pessoas (5%) em cooperativas; e 2 (5%) pessoas MEI. É visível, pois, que os bares, restaurantes e lojas têm um poder de absorção laboral alto, mas não elimina a informalidade e, como diz Druck (2011) a precariedade está em todos os âmbitos, do formal ao informal, principalmente na era contemporânea onde os indivíduos tendem a serem explorados de diversas maneiras, a maioria imperceptível. Como conclusão, podemos dizer que a praia está dividida em nichos e que não necessariamente a formalidade seja garantia de trabalho não precário apesar de seu alto índice, veremos, mais adiante, porque e qual é a percepção das pessoas com relação à precariedade. Destaco, também, a proeminência de associações e cooperativas que existem com o intuito de proteção laboral.

A partir deste ponto comecei, com mais afinco, as questões de percepção, ou seja, como os trabalhadores se sentem sob determinadas questões. A primeira é: se sentem que o turismo na praia dá estabilidade nos empregos que gera. Em suma maioria foi tecido elogios a praia, frases como: “Gera uma renda do ano inteiro, não é mais por temporada,

graças ao turismo trabalha o ano todo’’, ‘Sem turismo não tem emprego’’, ‘Consegue gerar renda, sempre tem movimento.’’, ‘Não tem onde trabalhar e encontra o turismo’’, ‘Dá os melhores empregos, ganha bem e não trabalha se matando’’, e outras mais. Essa percepção envolve a maioria dos entrevistados, cerca de 38 pessoas concordam totalmente que o turismo é benéfico, que traz renda, vida e diversidade a praia, fomentando emprego real. Contudo, existiram opiniões diversas, inclusive citando a falta de estabilidade do setor ao viver de temporadas.

Agora vem uma das questões chave desta pesquisa, a pergunta se os trabalhadores acreditam que os trabalhos em Coqueirinho são precários. Pois bem, como resultado obtive: 21 pessoas (52,5%) com a percepção que de que é precário e 16 pessoas (40%) que não acham que os trabalhos na praia são precários. Diante de tais números, podemos pressupor que existe uma consciência de que estar constantemente no sol, não ter estrutura fixa, trabalhar com a sazonalidade (estas são percepções dos próprios trabalhadores/trabalhadoras) sem por vezes proteção empregatícia, física ou psíquica, influi em um trabalho em que se busca desenfreadamente um abrigo em termos de se ter um trabalho nem que seja sob condições adversas. Como dito, aqui podemos fazer um link com o proposto no capítulo anterior desta pesquisa, principalmente nos ditames marxianos e bourdiesianos.

**Figura 3:** Mirante das Tartarugas



Fonte: A autora. 2023

Pois bem, se em Marx (2010) vemos o estranhamento e o quanto os indivíduos perdem-se de sua natureza, de como devem encarar o trabalho, não como um dever, algo penoso e, sim, como algo edificante, o suficiente para ter uma qualidade de vida. E em Bourdieu (1998), vimos um Estado que patrocina o neoliberalismo, a flexibilidade e precariedade em função do ganho de poucos, elevando o capitalismo no mais baixo nível. Podemos ter a leitura de que as pessoas de Coqueirinho não estão inertes, podem não ter o nível de consciência ao qual esses autores estabeleceram em suas teses, mas sabem que as condições poderiam ser melhores, mesmo satisfeitas com o que ganham, não estão satisfeitas do como ganham, de como se estrutura o trabalho. Pensando acerca das políticas públicas, segundo o ex-secretário existe uma noção que os trabalhadores são mais informais e preferem a informalidade por terem benefícios do governo, outra justificativa é a de que se deu prioridade a qualificação, e que se profissionalizando as pessoas atenderiam melhor o turismo, mas que muitos não o faziam por não querer se identificar com a prefeitura.

**Figura4:** Mirante Dedo de Deus



Fonte: A autora. 2023

A próxima questão que elaborei tem muito em vista do que Dias (2008) elucidou sobre relação turista-residente, e podemos pensar em turista-trabalhador. Relembrando um pouco de seus escritos, vale denotar que o turista teria um relação diferenciado com o residente, se sentiria superior e poderia agir com certa arrogância, com os trabalhadores existe um pouco dessa visão em falas tais, como: “O trabalhador tem que chegar bem no

cliente, muitos acham que a gente é um lixo.”, “Às vezes é boa, as vezes é bem complicado. Trabalhar com público é complicado.”, “Tem o respeito, mas depende, vai de turista para turista.”, “Legal até, tem muitos que são ignorantes.”, “50% bem, não é completo.” ou falas mais positiva, como: “Boa, tranquila.”, “Tem tratado bem.”, ou simplesmente “Bem” para 11 pessoas e “Boa” para 4 pessoas. O que podemos retirar de conclusão é que existe um certo ponto de atrito entre turista-trabalhador, onde o trabalhador pode se sentir submetido ao turista em vista de lhe ocorrer uma transação comercial proveitosa para si; isto só se dá porque o turista teria o poder do consumo e o trabalhador a necessidade da venda. Uma relação capitalista que apequena o trabalhador e faz com que conte com certa simpatia dos turistas que nem sempre existe.

**Figura 5:** Shopping Rural Tambaba



Fonte: A autora. 2023

**Figura 6:** Shopping Rural Tambaba



Fonte: SEBRAE. <<https://pb.agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/turismo-rural-presidente-do-sebrae-conhece-experiencias-exitosas-no-litoral-da-paraiba/>> 2025

**Figura 7:** Shopping Rural Tambaba



Fonte: A autora. 2023

A seguinte questão é correlacionada a se o trabalhador sente que corre algum tipo de risco físico ou mental. Pois bem, 7 pessoas assinalaram que sentem risco mental, e 10 sentem dores e temores com relação ao físico, outras 22 pessoas sentem não correr risco. O

que posso trazer de específico nesta questão é um (a) entrevistado (a) que disse que Coqueirinho precisava de um suporte psicológico, disse isso com certa urgência, o que denota um certo sofrimento laboral. Fato é que, o (a) trabalhador (a) pode ter um sofrimento psíquico causado única e exclusivamente pelo trabalho, a consciência acerca do tema esta se difundindo, mas ainda se necessita de um entendimento que eleve o trabalhador (a) acerca do tema saúde mental. A questão física se dá através do temor explicitado por outro (a) entrevistado (a) de lesionar o joelho, fato que ocorrerá com um (a) colega, explicita, portanto, que o esforço laboral pode ocasionar sérios problemas de saúde incluindo cirurgias – o que se sucedeu com este colega – e dores constantes, reclamação acentuada de muitos entrevistados.

Quando perguntados acerca de se utilizam algum equipamento de proteção, a maioria (15 pessoas) disse que não faz uso de proteção, outras 12 pessoas responderam utilizar entre protetor, camisa UV e chapéu, surgiu ainda o uso de água. O fato de não ter proteção apropriada contra o fator solar e as intempéries da praia pode resultar em graves danos na saúde deste trabalhador (a), talvez um projeto de política pública que se visa aperfeiçoar o uso desses equipamentos fosse bem vindo, a opinião de um (a) entrevistado (a) me soou importante, na questão que remetia a precariedade se disse: “Não tem como fugir disso, precário se tivesse opção de melhora e não tem. ”. Ou seja, na sua visão o trabalho na praia é o que é, não tem jeito, é como se forma, isto não seria precariedade, isto seria a realidade de Coqueirinho.

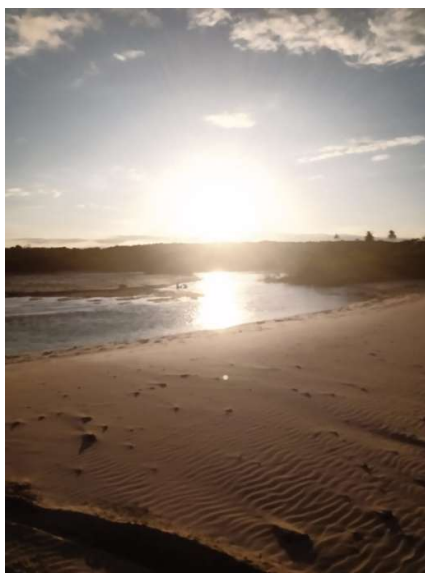
Nesta seguinte questão de percepção, foi indagado a satisfação que o trabalhador tem com a profissão/função que exerce. A maioria (32 pessoas) respondeu que sim, e uma parca minoria (3 pessoas) que não. O que cabe aqui ressaltar é a fala deste (a) trabalhador (a), “ prefiro o informal que CLT, ganho aqui em 15 dias o que ganho em 30 dias com carteira assinada.” A visão do lucro intermedeia o fator satisfação e apesar de como vimos, o 0-1 salário mínimo ser predominante fica-se o fato de que se tem emprego, mesmo ele sendo, para a maioria, precário, e para uma minoria, como neste caso o entrevistado (a) diz receber entre 2-5 salários mínimos, muito lucrativa.

**Figura 8:** Castelinho da Princesa



Fonte: A autora. 2023.

**Figura 9:** Barra do Graú



Fonte: A autora. 2023

**Figura 10:** Final do expediente em Coqueirinho, lado dos bares etc.



Fonte: A autora. 2023

A última questão aqui posta, optei por colocá-la nesta posição, mas ela vem em seguida da questão, se o trabalhador acredita que os empregos gerado pelo turismo são estáveis, na seção 13º referente ao Turismo. Foi estrondoso e ressoante as respostas, incrivelmente 40 pessoas, ou seja, 100% das pessoas estudadas, entendem como importante a preservação do meio ambiente. Isso pode ser denotado sob diversos fatores, dentre eles o fato de Coqueirinho fazer parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Tambaba, de ser um berço de tartarugas marinhas, o que o ex-secretário, em entrevista cedida, nos disse que existe hoje todo um trabalho com a comunidade de Coqueirinho para que os ninhos de tartarugas sejam preservados, unindo como atração turística, quando elas se encaminham para o mar, algo que seria, na visão do ex-secretário, proveitoso para o trabalhador. Ou seja, preservar a natureza seria lucrativo, além de um fator necessário para a sobrevivência humana, ter a praia limpa atrai mais turista e se atrai mais turista, tem mais trabalho, é este o raciocínio. Vale frisar aqui o trabalho de um casal de artesãos com produtos recicláveis, bolsas de caixa de leite muito bem ornamentadas e originais, além de ecológicas.

## **2.2 Considerações sobre marcadores sociais de gênero: As formas laborais das mulheres em Coqueirinho**

Remeto-me, nesta pesquisa, a mais uma obra de Bourdieu (2021) para falar, desta vez, sobre gênero, por ser um autor que inova em diversos âmbitos, exploraremos a seguinte obra: *A Dominação Masculina*. Pois bem, a ideia principal posta pelo autor é a de que, as estruturas objetivas perfazem o essencial da vida feminina, ou seja, a mulher sofreria dominação por parte do homem de modo a constituir seu habitus, seria, então, uma forma intrínseca a sua existência, anterior a ela, uma construção social milenar. A mulher, então, sofreria violência simbólica, ou seja, uma violência invisível, tácita, referente às suas ações da mais simples a mais complexa. Por exemplo, Bourdieu trabalha com a sociedade da Argélia, a Cabila, nela ele encontra palavras, objetos, ações e mitos referentes à inferioridade feminina. Seriam determinados termos expostos em esquema sinóptico: o baixo, o úmido, bruxa, feiticeira, esquerda, dominado etc.

O grande mito da Cabila seria o de que foi feito o homem e a mulher, ambos estariam defronte a uma fonte de água e iriam saciar sua sede, o homem consternado para ingerir o líquido empurrou a mulher, viu suas coxas e ficará em êxtase. A mulher, então, lhe propôs ensinar determinadas coisas, daí surgirá o ato sexual. O homem em pleno estado de excitação perseguia a mulher para repetir o ato, quando seus clamores foram atendidos exigiu ficar por cima e a mulher por baixo e decretou que assim seria, a mulher lhe era subordinada. Com este mito podemos ver a dominação que o ato sexual impõe às mulheres, outro rito é o de desvincular o filho da mãe em uma tentativa de "fazê-lo homem", filhos sem pais não passam pelo processo e podem ficar ligados à mãe pelo resto de sua existência, não tendo acesso ao mercado, por exemplo, local freqüentado somente por homens com transações políticas e sociais importantes para a sociedade Cabila (Bourdieu, 2021). Bourdieu escreve:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visam legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (Bourdieu, 2021, p. 24)

Voltando-nos para a questão da violência simbólica tratada no livro, podemos então identificar que esses mitos na Cabila, e mitos modernos (a mulher é quem cuida da casa,

das crianças e dos idosos; o sacerdócio é para os homens; governantes são homens etc) condicionam a mulher a determinados ambientes e ações sem necessariamente infligir dor física e psíquica perceptíveis. Sua força de vontade para modificar tal existência não seria, necessariamente, um fator capaz de tais mudanças por estar perpetrado na sociedade, ser anterior a ela e de difícil mudança real - este é um ponto em que Bourdieu entra em rota de colisão com o feminismo, já que, este último, diz que a consciência é emancipadora. Sigamos com um trecho de Bourdieu sobre a violência simbólica:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um macaco mecânico, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêm por elas capturados. (Bourdieu, 2021, p. 69)

Bourdieu (2021) nos diz que uma forma de apequenar as mulheres é utilizá-las como bens simbólicos, através de matrimônios, por exemplo. Segue-se um trecho esclarecedor:

Assim, as disposições (*habitus*) são inseparáveis das estruturas (*habitudenes*, no sentido Leibniz) que as produzem e as reproduzem, tanto nos homens como nas mulheres, em particular de toda a estrutura das atividades técnicos-rituais, que encontra seu fundamento último na estrutura do mercado de bens simbólicos [...] É na lógica da economia de trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social de parentesco e do casamento, em que se determina as mulheres seu estatuto de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxionomias culturais. O tabu do incesto, em que Levi-Strauss vê o ato fundador da sociedade, na medida em que implica o imperativo de troca compreendido como igual como igual comunicação entre os homens, é correlativo da instituição da violência pela qual as mulheres são negadas como sujeitos da troca e da aliança que se instauram através dela, mas reduzindo-as à condição de objetos, ou melhor, de *instrumentos simbólicos* da política masculina: destinadas a circular como signos fiduciários e a instituir assim relações entre os homens, elas ficam reduzidas à condição de instrumentos de produção ou de reprodução do capital simbólico e social (Bourdieu, 2021, p. 71-72).

Outro ponto da obra seria o da virilidade, o homem também sofreria com a violência simbólica, porque seria condicionado a ser ativo sexualmente, profissional e socialmente, existiria uma pressão sobre ele em não ser homossexual, em não abdicar de

seu potencial e dominância, principalmente social, e em não ser considerado passivo em relação à mulher.

[...] medo de perder a estima ou consideração do grupo, de “quebrar a cara” diante dos “companheiros” e de se ver remetido á categoria, tipicamente feminina, dos “fracos”, dos “delicados”, das “mulherzinhas”, dos “veados”[...]. A virilidade como se vê é uma noção eminentemente racional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo. (Bourdieu, 2021, p 91-92)

Passando para a questão trabalho e gênero, em específico, podemos denotar que existe uma gama de variáveis, isto é tratado no livro: *Gênero e Trabalho no Brasil e na França* (Abreu; Hirata; Lombardi, 2016). Nesta coletânea que reúne uma gama de autores e autoras consagrados, está escrito algumas teorias fundamentais sobre o trabalho feminino. Dentre elas está o trabalho não remunerado, em suma maioria, domésticos e de cuidados, é tido como não trabalho, ou seja, se não produz, se não está alinhado com o capitalismo existe a possibilidade de ser ocultado, sequer mencionado nas pesquisas laborais. O fato de não ser estudado maquia os dados e deixa uma gama de trabalhadoras invisibilizadas. Fato é que, as mulheres conseguiram dinamizar suas perspectivas laborais através das décadas, se em início do século seu trabalho estava atrelado, em grande medida, a um braço do trabalho masculino, nos tempos atuais existe uma certa autonomia. Contudo, que autonomia é essa?

Existe dois cenários montados, segundo o texto em questão, o primeiro é o trabalho precarizado e parcial, que incute o desejo do não trabalho aí não se enxergam a independência feminina apregoada pelo feminismo, o que se quer é o trabalho doméstico, invisibilizado, mas que traga mais conforto. Justamente porque ele não deixa de existir, está atrelado com o trabalho fora e, fazendo-se presente, remete não a uma parcimônia feminina, mas uma forma de se ter uma vida digna, está realidade se dá justamente na vida de mulheres empobrecidas. O segundo cenário se dá com mulheres de classe média e alta brancas, que possuem melhores formas de se instruir e emancipar-se, ou seja, são mulheres que adentraram aos cargos de relevância e conseguiram se sobressair, apesar das dificuldades intrínsecas, elas contarão com o apoio das mulheres empobrecidas que cuidarão dos afazeres domésticos e de cuidados. Ou seja, serão elas que promovem a precariedade laboral das primeiras em uma escala ditada pela classe. Importante ressaltar que falar sobre feminismo perpassa obrigatoriamente pela questão de classe, assim denota

o texto, sem uma consciência de classe é impossível haver emancipação real do feminismo, principalmente porque ela escalona quem está no poder e quem tem que obedecer, retirando a principal primazia que é igualdade entre gêneros, justamente porque coloca o próprio feminismo contra si mesmo.

Existe, portanto, um movimento em que mulheres empobrecidas, geralmente negras, abastecem com o seu trabalho as atividades que mulheres brancas com mais escolaridade e poder econômico rechaçam. É necessário fazer um ajustamento que pegue, de fato, todas as mulheres e a eleve para um patamar de igualdade. Tal feito não é simples porque a interseccionalidade, ou seja, a teoria do movimento das mulheres negras que propagam o entrelaçamento das questões de raça, classe e gênero, é, todavia, uma realidade intrínseca a sociedade capitalista.

É interessante notar que o cenário laboral para as mulheres fora, ao passar do tempo, ampliado de forma real. Da população economicamente ativa (PEA), segundo Guimarães e Brito (2016), que se destinam as mulheres, houve avanço exponencial, praticamente o dobro de egressas no mercado de trabalho. Segue trecho que elucida esta questão:

Em primeiro lugar, elas ressaltar o aumento persistente da taxa de atividade das mulheres. Bruschini (1998a), ao analisar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), observou que o engajamento feminino se ampliara de 36,9% para 53,4% entre 1985 e 1995, enquanto a taxa masculina pouco se alterara, passando de 76% para 78,3%. Como resultado, as mulheres elevaram no afluxo de 12 milhões de novas trabalhadoras em um período de apenas dez anos. isso significou, conforme Lavinhas (1997), um incremento da participação feminina na população ocupada da ordem de 3,8% ao ano. Tal movimento conviveu com mudanças importantes em outras dimensões, tais como o comportamento o comportamento demográfico (com notável queda da fecundidade), os ganhos significativos de escolaridade e as transformações na regulação dos papéis sociais de gênero. (Abreu; Hirata; Lombardi, 2016, p. 75)

Contudo, os dados revelavam que as mulheres prosseguiam sendo atingida pelo desemprego por motivos diversos, tais quais:

Em primeiro lugar, as mulheres apresentavam uma dinâmica de ingresso no mercado diferente dos homens; em 1995, apenas metade das mulheres entre 25 e 65 anos trabalhava ou procurava trabalho nas áreas metropolitanas brasileiras; entre os homens tal proporção era de cinco em cada seis (85%). Em segundo lugar, era maior a sazonalidade do desemprego das mulheres vis-à-vis a dos homens. Em terceiro lugar, a heterogeneidade da condição social diferenciava as mulheres, fazendo com que o risco de desemprego fossem maiores para as mais pobres (e, de regra, negras) e menos escolarizadas entre elas. (Abreu; Hirata; Lombardi, 2016, p. 77 )

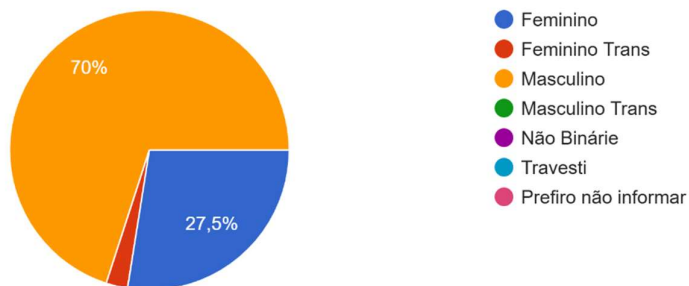
Pensar nessa sazonalidade é pensar no trabalho informal e parcial, principalmente precarizado.

Não sem razão a maior exposição feminina a postos de trabalho precário foi, então, cuidadosamente esquadrihada e fartamente documentada. Bruschini (1998a) chamou a atenção para o fato de que, nada menos que 40% da força de trabalho feminina estava, em 1993, em posições ocupacionais que sugeriam a existência de trabalho precário; conforme dados para aquele ano, 17% dela eram domésticas (0,8% dos homens), 13% não recebiam qualquer remuneração e 10% trabalhavam para consumo próprio. (Abreu; Hirata; Lombardi, 2016, p. 77)

Da teoria para a prática, vamos aos dados de Coqueirinho. Seguimos com o gráfico da amostra da população feminina da praia.

**Gráfico 6: Gênero**

Gênero  
40 respostas



Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025

É notório, pois, o alto percentual do gênero masculino (70%, ou seja, 28 pessoas) que perfazem a amostra, isto se dá justamente porque a força laboral na praia é em suma maioria masculina. Com este entendimento podemos estudar de forma clara quem são essas mulheres que compõe o cenário da praia. Em primeiro lugar, podemos dizer que a amostra se constitui de 12 mulheres (27,5% feminino, e, 2,5% feminino trans) em que 3 pessoas se compreendem como raça preta, 5 pessoas se compreendem como raça parda, 1 pessoa se compreendem como raça amarela, 2 indígenas, 1 pessoa branca, dentre as mulheres. Para

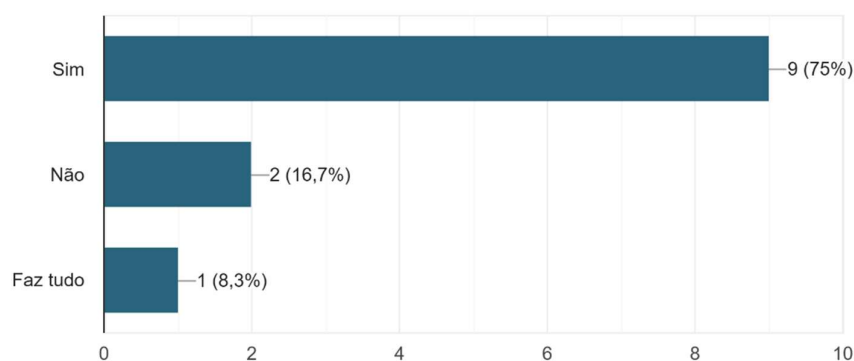
agregar ao cenário, vejamos suas profissões, vínculos empregatícios e renda, especificamente. Em relação às profissões, assim se segue: 1 vendedora; 1 vendedora e microempresária; 2 garçone; 1 sem função definida (seria uma espécie de faz tudo); 1 com bebidas; 1 guia turística; 1 cozinheira; 1 chefe de cozinha; 1 agricultora; 1 artesã e 1 vendedora autônoma. Aos vínculos empregatícios: 5 formalizadas; 5 informal; 1 associada; 1 MEI. Passando para renda, temos: 8 em 0-1 salário mínimo; 4 em 2-5 salários mínimos.

Com essas informações, podemos delimitar um perfil básico para as mulheres de Coqueirinho, seja ele, em suma maioria preta e parda, com profissões variadas, mas em suma maioria subalterna e delimitada a vendas, comidas e bebidas (esta última, trabalhando com objetos cortantes, possuindo assim, risco de acidentes laborais), salvo algumas exceções como garçone e guia turística (o que seria considerado as funções de ‘status’ na praia). O empate perfila entre as formalizadas e informais, todavia, no quesito renda existe uma preponderância pelo 0-1 salários mínimos. Isso nos diz que as mulheres em Coqueirinho estão delimitadas a funções, salários e demandas que parecem externas a elas. Uma comprovação desta tese, muito pensada no que tratamos com Bourdieu (2021), é a pergunta sobre se algumas funções eram negadas, sendo delimitadas as oportunidades para as mulheres.

**Gráfico 7:** Acredita que por ser mulher o emprego na praia é delimitado, podendo exercer certas funções e outras lhe sendo negadas?

PARA MULHERES: Acredita que por ser mulher o emprego na praia é delimitado, podendo exercer certas funções e outras lhe sendo negadas?

12 respostas



Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025

Vejamos aí, que a afirmativa pressupõe que existe pouca mobilidade, trabalhando mais ainda essa tese adicionei outra questão para verificá-la. A de que, gostaria de exercer outra função; as respostas foram variadas, algumas queriam a cozinha, outra mais, guia turística, mas a maioria via-se na mesma função dando um sentido de estagnação e não, necessariamente, contentamento. Apesar de na pergunta, está satisfeita com sua profissão/função, 10 assinalaram que sim; 1 que não; e, 1 não respondeu.

Por fim, busquei analisar uma questão que acredito ser de alta importância quando tratamos de gênero, é o assédio físico, psíquico, moral e sexual, geralmente perpetrado por homens, no caso aqui, turistas ou colegas de trabalho: 5 responderam positivamente; 2 preferiram não responder; outras 2 disseram, ou não sofrer porque está com o marido, ou ter sofrido no passado; e, outras 3 disseram que não passaram por tais situações. Ou seja, a maioria já passou por tal invasão.

Em conclusão, podemos dizer que Bourdieu, com o conceito de violência simbólica, exprime certo sentido quando colocamos esse entendimento em contraste com a praia de Coqueirinho. As mulheres se retraem em suas funções, aceitam e se dizem satisfeitas, mas quando indagadas se o campo do trabalho na praia é delimitado, dizem, muito sem se perceberem, que sim. Para jogar no campo é necessário capitais, que capitais são esses? Na verdade, a movimentação das mulheres na praia é pequena. Quem conseguiu furar a bolha e se tornar guia turística relata preconceito por parte dos turistas e dos colegas, lhe acarretando dificuldades que seus colegas, homens, não têm. Ainda mais, quem é mulher trans sofre preconceito em dobro, em triplo por ser negra, estar na função de garçoneiro, uma forma direta de lhe dar com o público faz com que vivencie preconceitos de gênero mais nitidamente.

### **2.3 Considerações sobre marcadores sociais de raça.**

Em Fernandes (2008), sociólogo que escreve clássicos ao nível de A Integração do Negro na Sociedade de Classes, enxergamos como o negro (a) fora inferiorizado, ultrajado no sentido social, econômico e laboral. Com o fim da escravidão não findará suas penúrias, ele (a) não podia trabalhar porque agora disputava espaço com uma classe recém-chegada, a dos imigrantes, maioria italianos. Classe essa que trazia “a pureza da raça” e a ideia de branqueamento da sociedade brasileira, tão almejada pelas classes altas, que preconceituosamente nomeava a degenerescência brasileira causada pelo negro (a). Considerados mais adaptados ao novo sistema pujante, o capitalismo, o imigrante branco,

parece se sobrepuser ao negro (a) porque lhe é dado oportunidades, coisa inexistente ao negro. No primeiro também é posto a fama de que se trabalha mais, trabalha arduamente para subir degraus na escala social, o sentido de ascensão, ou seja, vive o espírito capitalista, isso tudo sem as amarras pesadas dos preconceitos infligidos aos de cor. O que se sucedia, o que restava ao negro, era ou um retorno aos empregos antigos, geralmente lavouras que exploravam de sobremaneira o trabalhador, lhe reservando nova submissão a situações degradantes; a marginalização, ou o puro e simples padecimento.

Moura (1988) assina embaixo do entendimento de Fernandes, mas trabalha mais com o entendimento de pertencimento, ele sucinta a questão da democracia racial e escreve:

No recenseamento de 1980, por exemplo, os não-brancos brasileiros, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre a sua cor, responderam que ela era: acastanhada, agalegada, alva, alva-escuro, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela-quei-mada, amarelosa, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baia-no, bem branca, bem clara, bem morena, branca, branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha, escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha clara, cobre corada, cor de café, cor de canela, cor de cuia, cor de leite, cor de ouro, cor de rosa, cor firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquiçado, escurinha, fogoió, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira cla-ra, loura, lourinha, malaia, marinheira, marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, miscigenação, mis-ta, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, mo-rena castanha, morena clara, morena cor de canela, morenada, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, morena ro-xa, morena ruiva, morena trigueira, moreninha, mulata, mulatinha, negra, negota, pálida, paraíba, parda, parda clara, polaca, pouco clara, pouco morena, preta, pretinha, puxa para branca, quase ne-gra, queimada, queimada de praia, queimada de sol, regular, retinha, rosa, rosada, rosa queimada, roxa, ruiva, russo, sapecada, sarará, saraúba, tostada, trigo, trigueira, turva, verde, vermelha, além de ou-tros que não declararam a cor. O total de cento e trinta e seis cores bem demonstra como o brasileiro foge da sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior.<sup>1</sup> O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. (Moura, 1988, p. 63)

Ou seja, a democracia racial é um mito perpetrado pelos dominantes a fim de colocar seus ideais, manter as classes dominadas se sentindo inferiores e propagar-se sua supremacia. Mas os indivíduos eram, ainda no sistema escravista, agentes, possuindo empregos e, de modo direto, serviam a classe branca que pouco trabalhava. (Moura, 1988).

Os negros não eram somente os trabalhadores do eito, que se prestavam apenas para as fainas agrícolas duras e nas quais o simples trabalho braçal primário era necessário. Na diversificação da divisão do trabalho eles entravam nas mais diversas atividades, especialmente no setor artesanal. Em alguns ramos eram mesmo os mais capazes como, por exemplo, na metalurgia cujas técnicas trazidas da África foram aqui aplicadas e desenvolvidas. Na região mineira, por exemplo, foram os únicos que aplicaram e desenvolveram a metalurgia.

Tiveram também a habilidade de aprenderem com grande facilidade os ofícios que aqueles primeiros portugueses que aqui aportaram trouxeram da Metrópole. Eles tinham mesmo interesse de ensiná-los aos escravos a fim de se livrarem de um tipo de trabalho não-condizente com a sua condição de brancos, deixando ao negro as atividades artesanais. Mesmo porque o trabalho desses escravos, executados para os seus donos, ou quando alugados para terceiros, proporcionava um lucro certo e fácil para o senhor. (Moura, 1988, p. 67)

Por fim:

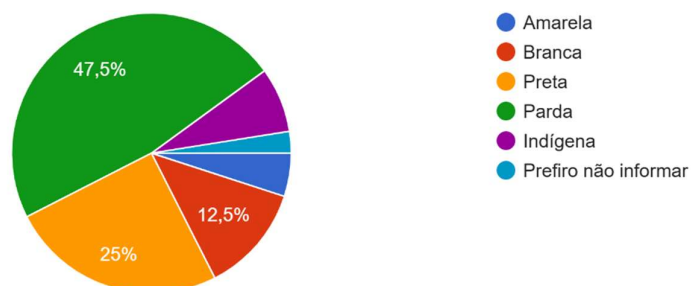
Criaram-se, em cima disto, duas pontes ideológicas: a primeira é de que com a miscigenação nós democratizamos a sociedade brasileira, criando aqui a maior democracia racial do mundo; a segunda de que se os negros e demais segmentos não-brancos estão na atual posição econômica, social e cultural a culpa é exclusivamente deles que não souberam aproveitar o grande leque de oportunidades que essa sociedade lhes deu. Com isto, identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não-brancas em criminosos em potencial. Têm de andar com carteira profissional assinada, comportar-se bem nos lugares públicos, não re-clarar dos seus direitos quando violados e, principalmente, encarar a polícia como um órgão de poder todo-poderoso que pode mandar um negro "passar correndo" ou jogá-lo em um camburão e eliminá-lo em uma estrada. Negro se mata primeiro para depois saber se é criminoso é um slogan dos órgãos de segurança.

Como podemos ver, a partir do momento em que o ex-escravo entrou no mercado de trabalho competitivo foi altamente discriminado por uma série de mecanismos de peneiramento que determinava o seu imobilismo. Além disso privilegiou-se o trabalhador branco estrangeiro, especialmente após a Abolição, o qual passou a ocupar os grandes espaços dinâmicos dessa sociedade. (Moura, 1988, p. 75)

Passando para Coqueirinho e entendendo o poder que as palavras de Fernandes (2008) e Moura (1988) possuem, podemos, então, trabalhar a realidade dos trabalhadores de lá.

**Gráfico 8: Raça/Etnia**

Raça/Etnia  
40 respostas



Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025

Podemos ver que em Coqueirinho: 19 pessoas (47,5%) são pardas; 10 pessoas (25%) são pretas; além de 5 pessoas (12,5%) brancas; 3 pessoas (7,5%) indígenas; 2 pessoas (5%) amarela e, por fim 1 pessoa (2,5%) preferiu não informar. Ou seja, prefiguram entre os de cor 29 pessoas (72,5%) de um total de 40 pessoas estudadas, sendo maioria expressiva, é necessário, pois, entender suas características.

Quando perguntados se já foram discriminados por sua cor, 17 disseram que não foram e 10 disseram que foram. Entre as respostas afirmativas estão frases como: “A gente sente a discriminação, afastamento, tipo racismo.”, “Releva e brinca com o cliente”, “As vezes pessoas soberbas, mas o cara tem que saber relevar.”, “Na praia eu fui atender o rapaz e ele disse que já foi atendido e foi rude.”, “Questão de cabelo, cor, a mulher achava que eu era a babá por ter uma cor escura e não clara como meus filhos.”, “Chamar de negro”, outros preferiram não responder. Mesmo sendo minoria o contingente que diz já ter sido discriminado é notório sua influência porque suas colocações são fortes, ato de “relevar” um preconceito, ocultando até de si mesmo, é um ato de inferiorização, de aceitação ao que Fernandes (2008) e Moura (1988) elucidam.

Outra pergunta, é a de se já fora dispensado ou substituído do emprego por ser negro, 25 pessoas responderam que não, 2 não responderam e 2 disseram que sim. Esta pergunta queria saber até onde fora o preconceito racial que os entrevistados sofreram e este seria um caso mais extremo. Pelo que pude perceber, o preconceito é mais velado e seus efeitos se dão da forma citada acima.

## **2.4 A ação, ou inação, das políticas públicas em vista da mitigação das formas precárias na praia de Coqueirinho**

Como vimos, a precariedade é até dita, ou seja, existe consciência sobre sua existência, como real pelos trabalhadores na praia, a maioria tem a percepção de que sua forma laboral exige condições especiais. Então, o que fazer para amortecer essas condições que podem ser nocivas? O que fazer para melhorar substancialmente a forma laboral na praia de Coqueirinho? Ou seja, como mitigar a precariedade das formas laborais? Essas questões não são simples, existem diversos fatores que estão embutidos nelas, vamos fazer agora uma imersão nas políticas públicas voltada para o turismo a nível federal, estadual e municipal, para entendermos se os avanços, ou retrocessos, são benéficos para o trabalhador.

Retorno a tese escrita por Endres (2012) que ilustra toda uma trajetória de políticas públicas que vai desde Plano Nacional de Turismo (PNT), Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) com o início dos conselhos, passando pelo Programa de Turismo – Nordeste (PRODETUR-NE) até o Programa de Regionalização do turismo (PRT).

Começando pelo PNMT, vemos que é um programa que se diferencia do que até então estava como posto, ele vem com a redemocratização, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e, com este espírito, propaga mais participação popular (Endres, 2012), suas principais atribuições foram:

“A principal função do programa era assegurar, a partir de sua implementação no nível local, uma nova governança a partir da atuação conjunta de vários grupos de interesses, como órgãos governamentais, empresários, associações e comunidade.” (Endres, 2012, p. 64)

Ou seja, Endres (2012) sustenta que este é o primeiro programa que visa comungar setor público, privado e terciário. Tendo como foco não somente o turismo do país como um todo, mas da localidade, e de uma forma sustentável.

O PNMT tinha como objetivos principais dotar os municípios brasileiros com potencial turístico, de condições técnicas e organizacionais para promover o desenvolvimento da atividade turística, e principalmente descentralizar as ações de planejamento, motivando o município como um todo, transmitindo as técnicas do planejamento turístico, de forma a elaborarem seus próprios planos de desenvolvimento. (Endres, 2012, p. 65)

O investimento, agora, se dá na elaboração dos próprios municípios com seus respectivos comandos, unindo todos os setores da sociedade, deveriam, então, serem trabalhadas as peculiaridades de cada lugar em vista de ampliar seus horizontes turísticos. Novas perspectivas seriam geradas, novos lugares poderiam desenvolver seu turismo, não só no sentido econômico, mas, social, cultural, humano e sustentável.

Para cumprir essa proposta, o programa lançou mão de uma estrutura localizada nos três níveis estatais:

- No âmbito federal: o Comitê Executivo Nacional e a Coordenação Geral do PNMT sob a condução da EMBRATUR, vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo - MICT;
- No âmbito estadual: o Comitê Estadual do PNMT e a Coordenação Estadual do PNMT, vinculada ao órgão de turismo do estado ou a Secretaria competente;
- No âmbito municipal: o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal. (Endres, 2012, p. 66)

Pois bem, passando para o PRODETUR-NE vemos um programa destinado exclusivamente para a região Nordeste do país,

O PRODETUR é um programa de crédito para o setor público (estados e municípios) que foi concebido para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, através da aquisição de recursos de agências internacionais de fomento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (Endres, 2012, p. 73)

O PRODETUR-NE é um programa que trabalha a questão da infraestrutura das regiões turísticas, com ele, muitos avanços na região foram executados. No PRODETUR I, em sua primeira fase, fora investidos milhões em saneamento, transporte e aeroportos (Endres, 2012). Contudo, problemas surgiam:

1. Municípios são os atores mais diretamente afetados pelo incremento da atividade turística, donde recomenda-se estimular a participação mais efetiva dos representantes municipais e organizações sociais mais atuantes nessa esfera durante o desenho e a implementação de Programas; 2. Fragilidades nas administrações locais indicam a necessidade de fortalecimento das instituições municipais nos aspectos relativos à administração, planejamento e gestão ambiental e turística, quando do desenho de novos programas; (...) 5. A efetiva participação social na implementação do Programa deve ser almejada, buscando-se não somente criar diferentes mecanismos de participação da sociedade beneficiária no planejamento e execução das ações, mas também tornar os mecanismos criados eficientes na extração de informações relevantes para a correção de rumos na gestão do PRODETUR/NE. (...) 7. Implementar um eficiente modelo de gerenciamento do Programa é importante para o monitoramento da execução das ações em tempo hábil e coordenação eficientemente da atuação da equipe do BNB, das Unidades Executoras Estaduais e dos Órgãos Executores Locais (BNB, 2005) (grifos no original). (Endres, 2012, p. 77)

O PRODETUR ainda perdura como programa, mas fora ampliado para todo o país, hoje nomeia-se PRODETUR + TURISMO e, com tantas transições perde-se um pouco de sua potência.

Com o fim do PNMT surge, em substituição, nos governos Lula, o PRT. Este programa elucida a descentralização e os objetivos de melhoras na mão de obra turística, unindo a um trabalho que fixe o turista na localidade explorada (Endres, 2012). Esses programas são em suma maioria destinados a aumentar o poderio dos municípios para se autogerirem, as modificações que passam, muito mais por conta de uma troca de governo, deixa um certo abalo porque interrompe uma forma de se trabalhar, isso é sentido nas políticas estaduais, principalmente, da Paraíba (Endres, 2012). Hoje, em âmbito estadual, temos a Empresa Paraibana de Turismo S/A (PBTur) e a, Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico que não trabalha exclusivamente com o Turismo, elas gerenciam toda a cadeia turística do Estado.

Um projeto que nascerá, mas perderá vigor, foi o Costa das Piscinas, que estaria vinculado ao PRODETUR II. Nele:

Este pólo foi assim delimitado para dar prioridade às áreas que já haviam recebido recursos do PRODETUR I e aperfeiçoá-las a partir de um planejamento mais integrado com a população local e com o meio ambiente, considerando os impactos negativos gerados por ações aleatórias promovidas na primeira fase. Para tanto, seria necessária a constituição do Conselho do Pólo, com representantes dos municípios, do trade turístico, do terceiro setor e da comunidade local, bem como a elaboração do correspondente Plano. O Plano deveria expor, basicamente, a indicação dos objetivos do planejamento, definição da área, diagnósticos econômicos, sociais, ambientais e demográficos na área abrangida. Além disso, o empreendimento requeria a avaliação do fornecimento de serviços públicos, estudos de demanda atual e potencial e previsão de seus impactos, estimativas de ações públicas e privadas necessárias, seus custos e o cronograma de implantação. (Endres, 2012, p. 190)

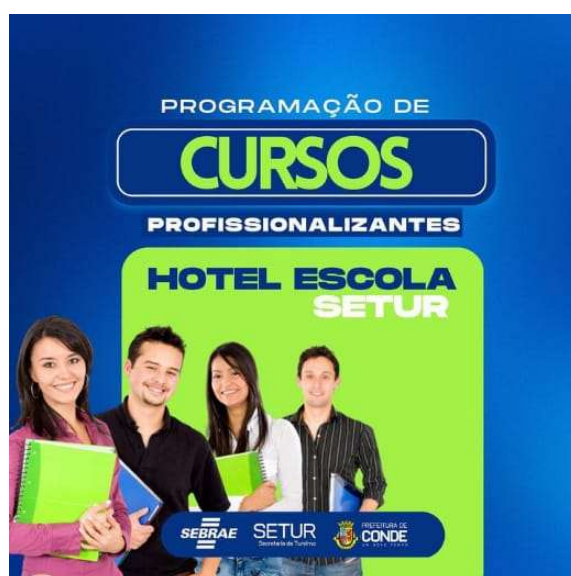
O que sobrar desse plano é o esboço dele, seus pressuposto, são, de forma indireta, imitada por quem faz novas políticas, mas com outra roupagem, estímulo e envergadura. Podemos falar aqui, finalmente, das políticas públicas adjacentes ao município do Conde.

Pois bem, o município conta hoje com, segundo o ex-secretario, dois pólos, o Fórum da Costa das Falésias e os Cursos Profissionalizantes, além do cuidado com a estrutura física dos locais turísticos. O Costa das Falésias é um fórum promovido pela ação privada (SEBRAE), pública (PBTur e Secretarias) e sociedade civil, em torno de rotas – já consideradas de Destino Paraíba – que demonstram o turismo além do Sol e Praia nos

municípios do Conde, Pitimbu e Caaporã. Essa ligação vem criando políticas que são arregimentadas, com esses componentes, do fórum em que cria diretrizes para avançar na venda da rota.

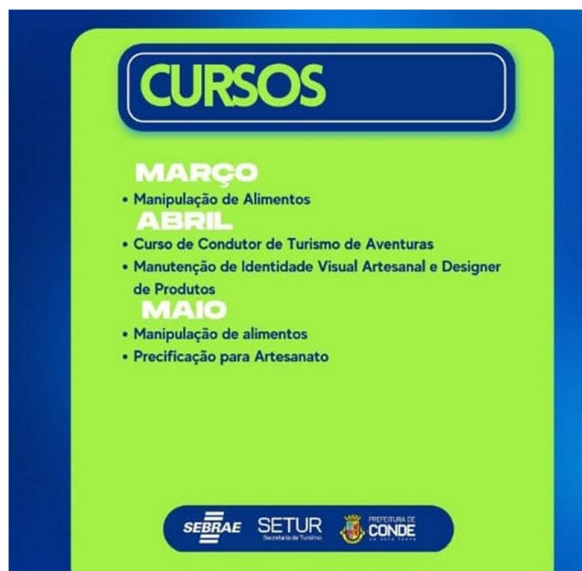
Os cursos profissionalizantes são a forma maior de capitalizar melhorias reais no trabalho laboral, isso foi citado entre os trabalhadores (as) na aplicabilidade do questionário desta pesquisa.

**Figura 11:** Banner promocional de cursos profissionalizantes



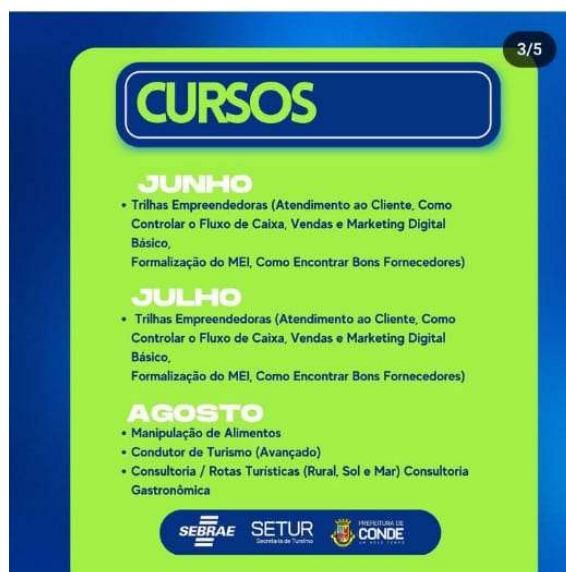
Fonte: Rede Social Instagram, SETUR Conde, 2023.

**Figura 12:** Banner promocional de cursos profissionalizantes



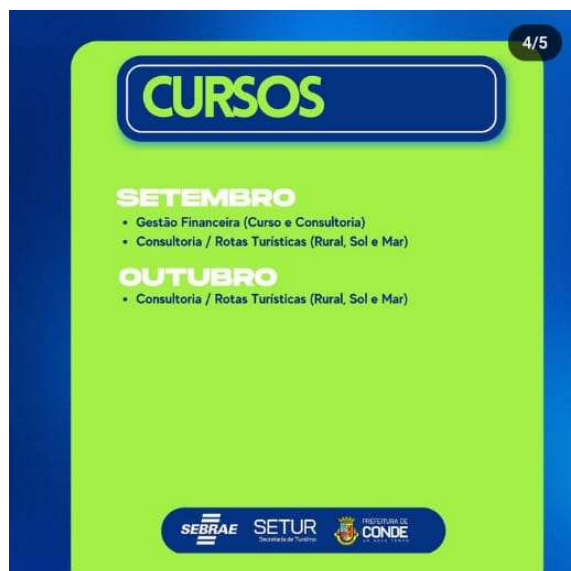
Fonte: Rede Social Instagram, SETUR Conde, 2023.

**Figura 13:** Banner promocional de cursos profissionalizantes



Fonte: Rede Social Instagram, SETUR Conde, 2023.

**Figura 14:** Banner promocional de cursos profissionalizantes



Fonte: Rede Social Instagram, SETUR Conde, 2023.

**Figura 15:** Banner promocional de cursos profissionalizantes



Fonte: Rede Social Instagram, SETUR Conde, 2023.

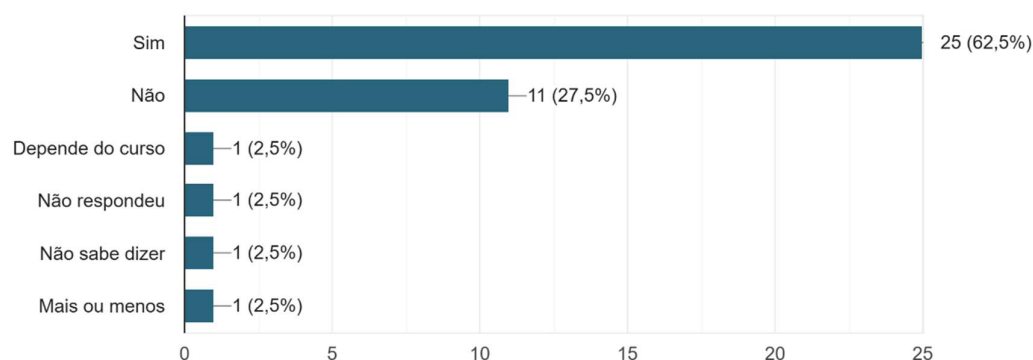
Indiscutivelmente os cursos profissionalizantes são uma ferramenta de progresso, vejamos a percepção, da amostra desta pesquisa na praia de Coqueirinho, sobre os cursos.

**Gráfico 9:** Existe um movimento de cursos profissionalizantes por parte do governo municipal, na sua percepção eles são eficazes para diminuir a precariedade do trabalho na

praia?

Existe um movimento de cursos profissionalizantes por parte do governo municipal, na sua percepção eles são eficazes para diminuir a precariedade do trabalho na praia?

40 respostas



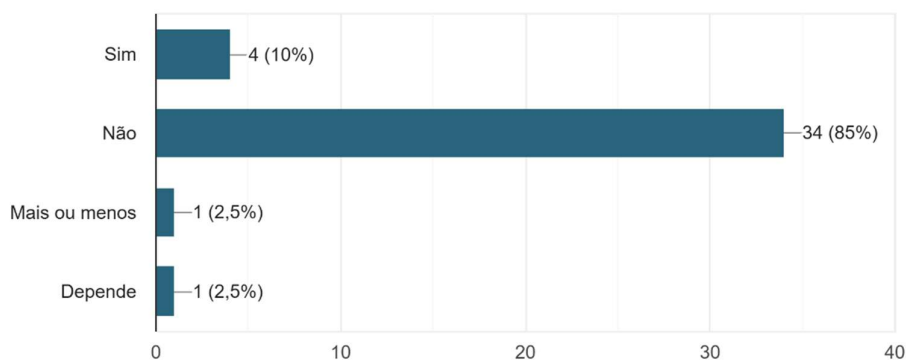
Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025

Ou seja, 25 pessoas (62,5%) consideram que diminui a precariedade a incidência de cursos que capacite o trabalhador (a); outros 11 pessoas (27,5%) discordam; 1 pessoa diz depender do curso; 1 não respondeu; 1 não sabe dizer; e, por fim, 1 pessoa disse ser mais ou menos.

**Gráfico 10:** Você acredita que os governos, (federal, estadual e municipal) tem investido o suficiente para o turismo e o trabalho na praia?

Você acredita que os governos, (federal, estadual e municipal) tem investido o suficiente para o turismo e o trabalho na praia?

40 respostas



Fonte: Google Forms, através de questionário aplicado. 2025

É notório o descontentamento com o poder público, 34 pessoas (85%) disseram que não; 4 pessoas que sim; 1 pessoa mais ou menos e 1 depende. Maioria esmagadora tem queixas e pontuações, algumas especificamente com o município. Na questão: Na sua percepção, a infraestrutura da praia vem sendo melhorada? 24 pessoas (57,5%) disseram que não; 14 (35%) disseram que sim; 3 não responderam e 1 assinalou a sujeira como maior problema. É importante notar que existe um avanço na estrutura para alguns, o que não modificaria o descontentamento, as diferenças diminuem, mas ainda é considerável o descolamento entre trabalhadores (as) e poder público. Por fim, para fechar as perguntas da pesquisa, assinalo aqui que na questão: Existe outra ação que o Estado, em todas as suas esferas (federal, estadual e municipal), pode fazer para melhorar a relação turismo e trabalho? Se sim, nos fale sobre; 37 pessoas assinalaram que sim (97%) 2 pessoas não e 1 sim e não; entre as respostas estão: “Os governantes se unissem com os comerciantes melhoraria.”, “As vias, banheiro, segurança, Colocar chuveiro, banheiro”, “Dar mais atenção, banheiros”, “Colocar mais pessoas para recolher lixo, sinalização e segurança”. Podemos concluir desses dados que existe, por parte dos trabalhadores (as), uma certa indignação, descrença e pessimismo com o setor público. Situações como o lixo exacerbado e a céu aberto é uma reclamação que foi passada e demonstrada a esta pesquisadora, a questão do banheiro também é um recorrente e será suscitado pelo ex-secretário.

Pois bem, na entrevista que o ex-secretário (em cargos da secretaria de 2020-2024 até se concretizar como secretário) me concedeu, ficou claro, desde o início, que a relação município e trabalhadores (as) tem certa turbulência, apesar de cursos terem sido implementados no lugar e a estrutura ter sido melhorada, os banheiros teriam um projeto que não andou porque, segundo o ex-secretário, grupos exerceram pressão para inviabilizá-los por considerarem que não seriam contemplados. Podemos entender, portanto, que se tem grupos que se contrastam e entram em conflito. Coqueirinho é uma praia com grupos tradicionais que se organiza em busca de seus interesses e esses, no jogo político, podem infuir em não contemplá-los. O município, também, pode pecar nessa interlocução. Ambos os lados, necessitam de um alinhamento e consenso para eventual evolução da praia. A forma correta de se fazer isso é uma incógnita que está pesquisadora não se atreve a fazer, são uma gama de fatores que compõe a situação

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo explicitar a realidade de um dos locais de maior renome turístico da Paraíba, a praia de Coqueirinho — um destino paradisíaco que atrai visitantes em nível nacional e internacional. A proposta foi ir além das aparências, investigando aspectos ocultos e problemáticas pouco evidentes. Os pontos de tensão entre o poder público e os trabalhadores(as) configuram uma questão intrínseca e invisível, perceptível apenas a partir de um olhar atento e sensível do pesquisador(a). A praia de Coqueirinho revela traços muito específicos, entre eles a experiência cotidiana da precariedade laboral, que persiste mesmo em vínculos de emprego formalizados, sendo marcada, em especial, por baixos índices de remuneração e pelo esforço físico sobre-humano exigido dos trabalhadores(as).

Desde a delimitação da pesquisa, já havia uma compreensão prévia sobre a prevalência do trabalho precário, a sobrecarga laboral, e os efeitos da sazonalidade e da juventude sobre o perfil dos trabalhadores(as), com base em estudos anteriores. No entanto, os dados obtidos por meio dos questionários aplicados junto aos trabalhadores(as) e da entrevista com o ex-secretário municipal trouxeram novas informações, que reforçaram o caráter singular de Coqueirinho, evidenciando contrastes e contradições nos discursos institucionais e laborais. Esses resultados demonstram a necessidade de aprofundar ainda mais os estudos na área e de adotar uma postura de cautela e sensibilidade na condução das pesquisas. Uma estratégia fundamental para isso é o estreitamento dos laços entre pesquisador e pesquisados, não apenas para garantir a coleta de informações mais fidedignas, mas também para construir uma relação humana que, em última instância, contribua para a compreensão e a busca de soluções para a problemática do trabalho precário.

A principal lição que este trabalho deixa é a de que aqueles(as) que atuam cotidianamente na areia da praia, servindo turistas em momentos de lazer, possuem uma face social bem definida: em sua maioria, são pessoas pretas ou pardas, homens, com baixa qualificação profissional e escolaridade, alta rotatividade nos empregos e uma percepção de agradecimento pela existência das oportunidades geradas pelo setor turístico. Esse perfil revela uma realidade em que o acesso ao trabalho se impõe antes da realização de um labor em seu sentido pleno (nos termos de Marx), reduzindo as pretensões pessoais em favor da luta diária pela sobrevivência. O desenvolvimento local, quando submetido à lógica comercial do turismo em tempos neoliberais, transforma a busca por emprego em uma necessidade de

sobrevivência básica. A atividade turística, portanto, longe de garantir inclusão plena, reproduz desigualdades e precariedades históricas.

Por fim, é importante destacar que o lazer consumido pelos turistas possui um custo muitas vezes invisibilizado: a saúde física e mental dos trabalhadores(as) da praia. A prevenção é essencial, ainda que a superação da precarização estrutural do trabalho de serviços — característica do capitalismo contemporâneo — dependa de transformações sistêmicas profundas. Diante disso, no contexto atual, uma ação urgente e viável é a conscientização dos trabalhadores(as) sobre suas condições laborais e suas debilidades estruturais, com o objetivo de fomentar uma postura crítica e de proteção individual. Tal iniciativa é emergencial, sobretudo considerando que uma parcela significativa dos trabalhadores(as) sequer utiliza equipamentos mínimos de proteção.

Por fim, quanto aos marcadores sociais de raça e gênero, eles influenciam diretamente as relações laborais. No que diz respeito ao gênero, observa-se que as mulheres sentem-se condicionadas a determinadas funções e, embora algumas ambicionem posições consideradas de maior prestígio — como a de guia turístico —, tais aspirações parecem distantes de sua realidade imediata. Na praia de Coqueirinho, é evidente a existência de uma hierarquia funcional, onde certos postos em bares e no setor de guiamento turístico são mais valorizados e disputados, revelando barreiras invisíveis à ascensão feminina no mercado de trabalho local. No que tange à raça, torna-se nítida a predominância de pessoas negras e pardas ocupando funções subalternas, reproduzindo padrões sociais historicamente construídos. Com isso, concluo reafirmando que estudar o que é invisibilizado — como as formas de trabalho nas praias — é um exercício de construção social e científica essencial. Revelar essas realidades demonstra que o trabalho está presente em todas as esferas da vida social e que é necessário coibir suas formas precárias.

## REFERÊNCIAS

ABREU, P. R Alice; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Rosa Maria. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**. 1º ed. São Paulo, SP. Boitempo, 2016

Balança Comercial do Mês.2025.  
<[https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg\\_principal\\_bc/principais\\_resultados.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html)>Acesso :17/03/2025

BRASIL. Conselho do Desenvolvimento. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro. 1959.

BRASIL. Decreto lei nº 3.692, de 15 de Dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 15 de dez. 1959

BRASIL. Plano Nacional do Turismo 2024-2027. Brasília 2024

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 19º ed . Rio de Janeiro – RJ. Editora Bertrand Brasil. 2021

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. 1ºed. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar. 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: Estruturas econômicas e Estruturas temporais. 2º ed. São Paulo, SP. Ed. Perspectiva. 2021

CAÑADA, Ernest. Un turismo sostenido por la precariedade laboral. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**. v 1, n 140, pág 65-73, 2017/18

Conde. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/conde/panorama> Acesso em: 19/07/2024

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Trabalho no Turismo: Reflexões acerca do caso brasileiro. **Revista do centro de pesquisa e formação**. São Paulo, v 1, n 1, pág. 76-89, jun.

2021<chrome-

extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/1869dc0a/2a49/433d/8774/8aeffc071a5f.pdf> Acesso: 10/08/2024

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. 1º Ed. São Paulo. Atlas. 2008.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: Algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene; TARGINO Ivan (orgs). **Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho**: Das origens às novas abordagens. 1º ed. João Pessoa – PB. Editora Universitária (UFPB). 2011. p. 65-103

ENDRES, Valéria. Ana. As políticas de Turismo e os novos arranjos institucionais na Paraíba/Brasil. 2012. 332 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 1 ed. São Paulo, SP. Boitempo.2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. 5º ed. São Paulo – SP. Editora Globo. 2008

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34º ed. São Paulo, SP. 1 ed. Companhia das Letras. 2007.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu**: Conceitos Fundamentais 1º ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2018.

GUMIERO. G. Rafael. A trajetória das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste: balanço entre a Operação Nordeste e a PNDR. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 189 a 210. julho/dezembro, 2017. Disponível em:<<https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/A-trajetoria-das-politicas-de-desenvolvimento-regional-do-Nordeste-balanco-entre-a-Operacao-Nordeste-e-a-PNDR.pdf>>

Acesso: 17/03/2025

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v 37, n 132, pág. 595-607, set/dez 2007. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>> Acesso: 10/08/2024

LEVY, Ligia Pereira. Impactos a partir do uso e ocupação socioespacial na área de proteção ambiental (APA) de Tambaba: Praia de Coqueirinho, Paraíba. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 1º ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. 1º ed. São Paulo, SP. Boitempo Editorial. 2004.

MARTONI, M. Rodrigo. **Turismo e Capital**. 1º ed. Curitiba, PR. Appris. 2019

MELIANI, Paulo Fernando. Turismo e Trabalho no Brasil: O perfil da força de Trabalho ocupada no turismo brasileiro no contexto contemporâneo de flexibilização das relações de trabalho. **Revista do centro de pesquisa e formação**. São Paulo. v 1, n 1, pág. 90-108, jun. 2021. Disponível em: <[extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/d6dea74d/fa53/42e8/9601/0317a954cacf.pdf](https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/d6dea74d/fa53/42e8/9601/0317a954cacf.pdf)> Acesso: 10/08/2024

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro: Parte um**. 1º ed. São Paulo, SP. Editora Ática S.A. 1988

Paraíba apresenta crescimento do PIB acima do Nordeste e do Brasil. 2024. <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/11/14/paraiba-apresenta-crescimento-do-pib-acima-do-nordeste-e-do-brasil-diz-ibge.ghtml>> Acesso: 17/03/2025

PARAÍBA (Estado). Secretária de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico. Painel de Monitoramento de Indicadores Turísticos. janeiro 2025.

PARAÍBA (Estado). Secretária de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico. Painel de Monitoramento de Indicadores Turísticos. julho 2024.

PARAÍBA (Estado). Secretária de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico. Painel de Monitoramento de Indicadores Turísticos. agosto/outubro 2024.

Praia de Coqueirinho no Conde PB oferece falésias e águas cristalinas aos visitantes. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/12/31/praia-de-coqueirinho-no-conde-pb-oferece-falesias-e-aguas-cristalinas-aos-visitantes.ghtml> Acesso em: 07/08/2024

Praia de Coqueirinho. Disponível em: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/coqueirinho-109-2240-1.html> Acesso em: 07/08/2024

Paraíba tem uma das praias mais paradisíacas do Brasil. 2022. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/viagem-livre/paraiba-tem-uma-das-praias-mais-paradisiacas-do-brasil/> Acesso em: 07/08/2024

RENAULT, Emamnel; DUMÉNIL, Gérard; LOWY, Michael. **Ler Marx**. 1º ed. São Paulo, SP. Unesp, 2011

SANSON, Cesar, **O trabalho nos clássicos da Sociologia: Marx, Durkheim e Weber**. 1º ed. São Paulo, SP. Expressão Popular/EDUFRN. 2021

VÉRAS, Roberto. RODGERS, Gerry. Parte 1: Introdução. In: VÉRAS, Roberto. RODGERS, Gerry (Orgs). **Desenvolvimento e regime de trabalho: A trajetória do nordeste do Brasil**. 1º ed. São Paulo – SP. Annablume. 2021.p. 19-59

VÉRAS, Roberto et al. Parte dois: O desenvolvimento do Nordeste pela ótica do Trabalho. In: VÉRAS, Roberto. RODGERS, Gerry (Orgs). **Desenvolvimento e regime de trabalho: A trajetória do nordeste do Brasil**. 1º ed. São Paulo – SP. Annablume. 2021. p. 59-339

## APÊNDICE A – Questionário

1)Gênero:

☐ Masculino ☐ Masculino Trans ☐ Feminino ☐ Feminino Trans ☐ Não Binário ☐ Travesti ☐ Prefiro não informar

2)Raça/Etnia:

☐ Amarela ☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Indígena

3)Idade?

☐ 0-18 ☐ 19-35 ☐ 36-50 ☐ 51-65 ☐ 65+ 4)

4)Escolaridade?

☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio incompleto ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Ensino Superior Completo

5) Onde mora? \_\_\_\_\_

6)Exerce qual profissão/função atualmente? \_\_\_\_\_

7)Há quanto tempo está no trabalho atual?

☐ 0-6 meses ☐ 7 meses -1 ano ☐ 1-3 anos ☐ 3-6 anos ☐ 6-10 anos ☐ 10+

8) Jornada de trabalho (horas por semana)

☐ 0-20 ☐ 20-40 ☐ 41-60 ☐ 60+

9)Qual sua escala laboral?

☐ Todos os dias da semana integral ☐ Todos os dias da semana parcial ☐ Aos fins de semana e feriados integral ☐ Aos fins de semana parcial

10) Renda: Salário Mínimo = 1.518,00

( ) 0-1 Salário Mínimo ( ) 2-5 Salário Mínimo ( ) 5-10 Salário Mínimo ( ) 10+ Salário Mínimo ( ) Prefiro não informar

11) Está quantia é suficiente para seus gastos? ( ) Sim ( ) Não ( ) Prefiro não informar

12) Vínculo empregatício atualmente:

( ) Formal/Carteira assinada ( ) Informal ( ) Intermitente ( ) MEI ( ) Associação ( ) Cooperativa

13) Turismo:

a) Você acredita que o turismo é um setor que dá estabilidade nos empregos que gera? Nos fale sobre.

( ) Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Concordo Totalmente ( ) Concordo Parcialmente

---



---

b) Existe de sua parte uma preocupação com o meio ambiente?

( ) Discordo totalmente ( ) Discordo parcialmente ( ) Concordo totalmente ( ) Concordo parcialmente

14) Trabalho:

a) Você considera que os empregos gerados pelo turismo são suma maioria precários? ( ) Sim ( ) Não. Justifique

---

b) Como se dá a relação turista- trabalhador?

c) Em sua profissão sente que corre algum tipo de risco físico ou psíquico? ( )

Sim ( ) Não. Se sim, qual?

d) Faz uso de algum tipo de equipamento. Se sim, quais?

e) Está satisfeito com a profissão/função que exerce? ( ) Sim ( ) Não

15) Políticas Públicas:

- a) Você acredita que os governos tem investido o suficiente para o turismo e o trabalho na praia? ( ) Sim ( ) Não
- b) Na sua percepção, a infraestrutura da praia vem sendo melhorada? ( ) Sim ( ) Não
- c) Existe um movimento de cursos profissionalizantes, na sua percepção eles são eficazes para diminuir a precariedade do trabalho na praia?( ) Sim ( ) Não
- d) Existe outra ação que o Estado, em todas as suas esferas, pode fazer para melhorar a relação turismo e trabalho? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, qual?
- 
- 

16) Marcadores Sociais: I. Gênero:

- a) Acredita que por ser mulher o emprego na praia é delimitado, exercendo certas funções e outras lhe sendo negadas? ( ) Sim ( ) Não
- b) Se pudesse escolher, qual função desempenharia na praia?
- c) Você já sofreu com assédio físico, psíquico, moral ou sexual por ser mulher em seu ambiente de trabalho? Passou por situações como, por exemplo, palavras de baixo calão ou tom rude que podem humilhar, ditas como ordens. Além de abraços ou toques indesejáveis. Se sim, se possível, nos fale sobre
- 

II. Raça:

- a) Você já foi discriminado(a) em seu ambiente laboral? ( ) Sim ( ) Não. Se sim, por favor, se possível. conte-nos um episódio.
- 
- 

- b) Você já foi dispensado ou substituído(a) de um emprego/função por ser negro(a) ou pardo(a)? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não se

**APÊNDICE B – Entrevista com o ex-secretário de turismo do município do Conde,  
Felipe Jardim.**

Pergunta: Então, vamos lá. Vamos lá, primeira questão. Felipe, fala para mim como foi sua experiência junto ao secretariado do Conde e quais as principais políticas de turismo e trabalho desenvolvidas por lá?

Entrevistado: Então, assim, a experiência foi bacana. Eu acho que produtiva, no sentido de conhecer a fundo esse processo de formulação e participação das políticas públicas. E quando a gente fala especificamente de turismo, é muito desafiador, porque a gente envolve muito mais do que só a gestão pública. O turismo, ele é diretamente ligado ao território, e aí a gente tem diversos atores que a gente... que eu acho, assim, muito me orgulho de ter participado, desde que entrei na secretaria até virar secretário, dessa construção da participação com esses atores.

Então, assim, a gente teve uma abertura muito boa e a gente construiu políticas que foram abraçadas pelos atores locais. Então, assim, por exemplo, a gente construiu diversos cursos que tiveram a participação majoritária e as pessoas não desistiram, quer dizer, concluíram os cursos. O que era muito comum de se levar cursos para o município que primeiro o pessoal não se inscrevia, ou então se inscrevia e no final do curso tinha cinco, seis pessoas. O que era muito ruim. Então, assim, a gente conseguiu sempre ter em todos os cursos que a gente abriu inscrições completas e pessoas que participaram até o final. Isso falando de capacitação, de divulgação, a gente conseguiu participar de diversos eventos, inclusive a gente conseguiu levar a promoção do Destino em shoppings de Campina Grande, que a gente passou, acho que uma semana lá, fazendo divulgação do Destino Conde no shopping de Campina Grande. Então, assim, a gente conseguiu participar das ações que já eram da PBTUR e criar novas ações só com a secretaria do Conde. Então, isso foi bem interessante para o Destino.

Pergunta: Me fala mais ou menos qual foram as suas funções lá. Você entrou com...

Resposta: Eu entrei como assessor técnico no início da gestão, passei para ser secretário executivo e depois assumi a função de secretário. Meio que fui crescendo lá dentro da secretaria.

Pergunta: Falem-nos sobre a praia de Coqueirinho em especial. Como eu disse, é um desafio trabalhar com turismo e Coqueirinho especificamente é um desafio ainda maior, porque ele é um cartão postal do Estado. Eu não digo nem do Estado, ela é um cartão

postal do Brasil, porque ela é uma praia que tem um mar de temperatura agradabilíssima, tem ondas, mas não são ondas que o banhista não possa usufruir, tem pedras, tem uma enseada belíssima, tem passeios muito interessantes, tem um espaço acolhedor que consegue comportar o pessoal bem. Então, assim, você consegue contemplar ali em Coqueirinho diversas opções de passeios e entretenimento que você passa o dia inteiro ali tranquilamente. Então, assim, Coqueirinho é muito conhecida e tem muitos desafios.

Pergunta: Quais seriam esses desafios?

Como a gente tem muitos atores que trabalham lá, desde o pessoal que trabalha com passeios turísticos, até quem mesmo acolhe, que a gente tem as pessoas que fazem a recepção do pessoal para vender espaços de estacionamento, guarda-sóis. Então, tipo, isso a gente tenta gerir sempre com educação, fazendo capacitações e pedindo para o pessoal participar. Mas, em certos momentos, é muito difícil a gente conseguir que eles participem dessas coisas, principalmente no verão. Se, normalmente, Coqueirinho já é cheio, no verão ela se torna um ponto bem fervoroso.

E aí, como eu ia dizendo, esses desafios são diversos. A gente tenta fazer, enquanto gestão municipal, muita coisa, mas é muito limitado. Limitado por quê? Porque diversas vezes a gente consegue fazer intervenções em que o próprio pessoal que se organiza lá, como os barraqueiros, os donos de bares e restaurantes, ou até mesmo o pessoal que vende ambulante e tudo, não quer que essas intervenções sejam feitas.

Então, assim, em meio a essas intervenções, a gente se perde um pouco, porque muitas vezes a gente consegue um projeto que é interessante para a área, mas o pessoal não quer, porque aquele projeto não vai beneficiar apenas esse grupo, vai beneficiar algum outro, e ali tem rivalidades. E aí tem rivalidades pessoais, tem problemas locais, de disputa de território, e a gente está ali no meio tentando mediar, mas é bem difícil por conta disso, porque Coqueirinho é muito antigo, existem problemas desse nível que são mais antigos do que até a própria praia. Entendi.

Pergunta: Como se dava a relação com o governo estadual, aí eu falo da SETDE e do PBTUR, e a federal, o MTUR, poderia citar algumas contribuições em conjunto para o turismo e o trabalho no Conde, em específico na praia de Coqueirinho? Essa questão é meio...

Resposta: A parceria com a PBTUR sempre foi muito forte. Eles sempre nos convidaram para todas as ações que envolviam divulgação do destino Paraíba, porque o Conde realmente é um...

Entrevistadora: Desculpa, te interromper. Esse destino Paraíba seria os 65 destinos?

Entrevistado: O destino Paraíba é o que a PBTUR promove, o Estado.

Entrevistadora: Ah, o Estado.

Entrevistado: Então, a gente sempre participou dessas promoções e divulgação feitas pelo Estado, com a PBTUR, e aí a gente participou, por exemplo, de rodo-shows, das BTMs, a gente fica no estande da PBTUR. Então, assim, até das próprias... Da ABAV, algumas outras ações que a gente participou junto com a PBTUR. Eles fazendo divulgação do destino do Estado como um todo e a gente indo para falar especificamente do Conde, o que é sempre muito bom. Eles sempre gostam muito dessa participação. Para a gente é bom porque a gente reafirma o destino do Conde e não deixa, muitas vezes, ser vendido como João Pessoa, porque a gente está na região metropolitana, mas João Pessoa participa de todas as capacitações.

Quando o Conde está presente, a gente consegue fazer essa divulgação específica e explicar que as melhores... Essas praias que muitas vezes são vendidas como João Pessoa é Conde. É interessante. A SETDE é uma parceira mais forte, recente, que vem entrando com essas... Pelo menos a gente vem tratando mais de perto, mas eles sempre fizeram as intermediações, por exemplo, com o Ministério do Turismo, principalmente com relação à gestão de governança.

Eles fizeram essa ponta e agora a gente vem construindo, algumas outras relações já com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado, principalmente com relação à infraestrutura turística. A gente vem tentando fazer a troca das placas, da sinalização e algumas outras intervenções específicas, inclusive em Coqueirinho. A gente já tinha feito projetos, que tentou captar, inclusive algumas vezes até chegamos bem perto de fazer essas captações, inclusive com o Ministério do Turismo, mas como eu disse a você, por questões internas de Coqueirinho, muitas vezes deram para trás nesse processo de realmente captar para concluir.

Pergunta: Essa é uma questão que eu formulei, mas eu senti que não sei se... Qual o papel da PRODETUR-NE no município do Conde, havendo durante anos a existência de um plano chamado Costa das Piscinas, que até então não saiu do papel? Existem novas ações a este e outros planos?

Resposta: Então, o PRODETUR-NE que você fala é o de regionalização, no caso.

Entrevistadora: Seria o 2.

Então, a gente tem uma das instâncias de governança, que é uma das mais fortes atualmente, que se chama Costa das Falésias. O Costa das Piscinas foi por um bom tempo, inclusive era a região João Pessoa, Conde Pitimbu, e depois o litoral sul se dividiu e ficou. O Conde, Pitimbu, Caaporã e Alhandra, sendo como Rota dos Tabajaras. E depois da Rota dos Tabajaras se tornou Costa das Falésias, porque os municípios se identificavam mais com falésias do que com os tabajaras. Mas os tabajaras, inclusive, fazem parte do nosso fórum e são bem presentes e ativos. Mas eu digo assim, a rota como um todo, o nome do fórum, ela tem muito mais identificação com essa terra cota, de barro, das falésias que tem tanto no Conde quanto em Pitimbu. Então, a gente reformulou e o nome ficou sendo, a instância de governança ficou sendo Fórum Costa das Falésias. O fórum hoje tem uma grande força de promoção e de ajuda aos municípios, principalmente pensando na questão turística.

Primeiro porque ele envolve tanto os atores públicos quanto privados e a sociedade civil. E a gente já fez entregas muito boas de produtos, como um roteiro criado pensando em algo diferente do Sol e Mar. Então tem o roteiro do Rota da Cultura, que é lá no Conde Pitimbu, e Caaporã, por não ser uma cidade muito turística, a gente tinha feito um planejamento junto com eles de criar uma alternativa, e essa alternativa estava sendo criada, que era um passeio para a pesca do caranguejo, uma vivência, que está sendo formatado para ser divulgado também. Isso em parceria do fórum, com o SEBRAE, com as prefeituras. E o mais importante, hoje fazem parte três municípios. Alhandra estava fora porque estava fora do mapa do turismo. Mas Conde Pitimbu e Caaporã, nesses últimos anos, vêm sempre estando no mapa e vêm sempre fazendo uma participação muito forte no fórum. Inclusive o fórum tem um termo de cooperação que foi assinado de cada município, quer dizer, passou por um processo legislativo o termo, foi sancionado pela gestão municipal de uma transferência de recurso mensal. Então, assim, é muito forte isso porque o poder público apoia o fórum, e aí o fórum consegue ter força para desenvolver diversas atividades. E a gente vem fazendo bastante isso.

As reuniões sempre vêm dando um número bem bacana de participantes, em torno de 70. E, assim, sempre com esse foco de desenvolver o turismo na região, pensando tanto em roteiros como em outros produtos, como os próprios, cada município tem um festival muito

forte. No caso Pitimbu é a lagosta, Caaporã é o caranguejo e o Conde é o inhame. Então, assim, a gente juntou esses três para desenvolver o roteiro também. Mas é isso, o PRODETUR, no caso, é essa participação do fórum.

O fórum tem a mediação da SETDE, porque o interlocutor é do governo do estado, e ele é a intermediação com o ministério.

Entrevistadora: Seria o produtor mais turismo, né? O produtor meio que está extinto, né? Ele está meio...

Entrevistado: Por isso que eu disse, ele é mais isso aí, no caso de fazer essa interlocução com o ministério do turismo direto.

Pergunta: Deixa eu te falar, quais outros programas na esfera federal vêm sendo postos em prática no Conde e Coqueirinho?

Entrevistado: Com relação ao turismo?

Entrevistadora: Sim. Teria algum outro?

Resposta: Na esfera federal, basicamente, a gente faz projetos, inclusive de intervenção de infraestrutura, que sejam pleiteados com recursos federais. E aí tem recursos em caixa para fazer isso. Mas o problema, normalmente, é que esses projetos têm que ser desenvolvidos junto com a comunidade. Porque, como eu falei, diversas vezes a gente fez junto com um grupo, e o outro grupo não aceitava que fosse feito, porque iria beneficiar algumas pessoas e não eles, e tudo mais. Mas eu acho que vem sendo feito um processo, principalmente de reurbanização de Coqueirinho, de ordenamento também, em que algumas coisas que eram muito soltas começaram a ser puxadas de volta para o Estado. E aí eu acho que a partir daí já é o pontapé inicial para que essas ações e esses projetos consigam sair do papel.

Porque, às vezes, você consegue ter um projeto feito, um projeto, inclusive, arquitetônico, de engenharia e tudo, para uma intervenção, como foi à criação dos banheiros, a gente conseguiu fazer duas vezes o projeto. Quando ia fazer a captação, foi dado para trás, porque uma associação de pessoal não queria que aquilo fosse feito. Os banheiros?

Entrevistadora: Os banheiros?

Entrevistado: Sim.

Entrevistadora: E é uma...

Entrevistado: Já a gente estava na fase de fazer só a captação no Ministério do Turismo, um projeto pronto, um recurso disponível, e não foi feito porque, de última hora, a associação disse que não queria que fizesse aquela intervenção. É bem complicado esse... É um tópico sensível para o Coqueirinho.

Entrevistadora: É um tópico sensível...

Pergunta: Existem movimentos da sociedade civil unidos...É um tópico que você vem falando? Unido ao público, privado e terceiro setor, que fomentam diálogos entre si... Você quer que eu pare? Que fomentam diálogos entre si para fortalecer o turismo e o trabalho. Essa é uma realidade no Conde e em Coqueirinho?

Entrevistado: Espera aí, repete. Repete, repete.

Pergunta: Existem movimentos da sociedade civil unidos ao público, setor público, privado e terceiro setor, que fomentam diálogos entre si para fortalecer o turismo e o trabalho. Essa é uma realidade do Conde e em Coqueirinho? Você acha que é uma realidade?

Resposta: Eu acho que existem pontos específicos que são ligados ao turismo. Por exemplo, o meio ambiente. Existe o observatório que faz um trabalho com a preservação das tartarugas, que é bem interessante. Inclusive, através de um diálogo que nós tivemos com eles, eles começaram a fazer divulgação de quando os ninhos de tartaruga iriam ser soltos. E aí isso virou uma atração para o turista que está na costa do Conde poder ir até lá e ver como é esse trabalho de tirar as tartarugas e fazer a soltura. Existem especificamente, como é o caso do meio ambiente, mas eu acho que falta um diálogo maior para um entendimento. Eu acho que o fórum seria esse ponto de inflexão.

É onde tem a participação de muitos empresários separados ou setores específicos que lá participam, que combinam muito dessas ações. Então, eu acho que essa parte da instância de governança é importante porque ele consegue fazer, mas pensando sempre no território

como mais abrangente, não só especificamente em Coqueirinho. Mas, muitas vezes, o que a gente pode fazer em Coqueirinho, a gente pode replicar, por exemplo, em Praia Bela, em Pitimbu, ou em algum outro ponto específico lá em Caaporã, que a gente possa ampliar. E não só pensar num ponto específico. Essa é sempre a ideia do fórum, pensar no território mais abrangente, regional.

Pergunta: Qual a relação do setor privado na prática de Coqueirinho e o governo municipal? Como você sente o setor privado? Você já falou que ele tem...

Resposta: É isso que eu disse. Eu acho que é bem conflituoso, no sentido de que... Primeiro que, quando a gente fala em governo municipal, ele é sempre muito cobrado, inclusive por coisas que nem são da sua competência. Coqueirinho é uma praia, então tem muita área que é do patrimônio da União. E tem muitas coisas que a gente não tem poder para, ou então, muitas vezes, a gente é acionado para fazer, pelo Ministério Público Federal.

E aí, quando acontece isso, é uma força de cima para baixo, não tem muito o que fazer. E aí, quem recebe sempre a penalidade desse conflito é o município. Como foi, às vezes, a retirada de guarda-sóis, vem a determinação do Ministério Público Federal para o município cumprir. Ele só diz cumpra, a gente vai lá, retira, mas a confusão que responde é sempre o município, porque o pessoal vai reclamar, vai na prefeitura, fecha a rua, quer que a prefeitura vá lá resolver. Então, basicamente, a gente tenta mediar esses conflitos para evitar que eles aconteçam, antecipar algumas dessas ações antes de acontecer, de trazer o poder, a iniciativa privada, para conversar com o Ministério Público Federal, muitas vezes, para fazer essa mediação. E assim, vem acontecendo nesses últimos anos, mas é muito difícil por conta disso, porque tem pressões municipais que são políticas, pessoas que discordam da gestão e fazem qualquer coisa para não acontecer, como é o fato que eu já tinha relatado antes.

Muitas vezes, projetos que já estavam prontos para fazer a captação são simplesmente esquecidos ou eles fazem confusão para não fazer por conta dessa questão de política local, de um grupo específico contra outro grupo, ou do grupo privado contra a gestão. E aí, nesse caso, não tem muito o que fazer. Se as pessoas que estão lá na área não querem, não vai acontecer.

E o turista não entra nessa conta, porque ele visita e sai. E aí, ele que paga a conta.

Pergunta: Qual é o perfil dos trabalhadores na Praia do Coqueirinho?

Resposta: Eu acho que a gente não tem uma persona. A gente nunca fez essa pesquisa, mas é muito diverso, é muito diverso mesmo. Não tem como traçar, hoje, uma persona de lá. Mas grupos específicos a gente consegue fazer.

Por exemplo, quem toma conta de carro é um pessoal com mais baixa escolaridade, um pessoal mais antigo, que tem uma relação de muita identidade com o município, que já trabalhou com outras gestões e tudo. Se a gente estratificar os grupos, a gente consegue. Mas, de maneira geral, é bem difícil a gente identificar um perfil.

Pergunta: Como você avalia as formas de trabalho desenvolvidas em Coqueirinho? É um trabalho protegido pela legislação trabalhista?

Resposta: Na maioria, não. Na maioria, é meio que informal. Eles até preferem que seja informal, porque, às vezes, alguns recebem recursos oriundos de... São filhos de pescador ou pescadores que recebem uma parte do ano de defesa e tudo. Então, assim, eles não podem nem ter vinculação com o trabalho regulado, informal.

Pergunta: Como os órgãos públicos lidam com essa realidade?

Resposta: A gente, enquanto prefeitura, e durante essa gestão que eu participei, a gente sempre priorizou por dar a vaga de cursos e de qualificação para as pessoas que são do Conde, para que elas pudessem, pelo menos, se qualificar melhor para prestar o serviço de turismo. Mas, durante esse período, foi bem difícil fazer essa interlocução por conta disso. Muitas vezes, eles achavam que não podiam fazer parte porque seriam identificados de alguma forma, mas a gente conseguiu fazer uma boa gestão dessa qualificação nesse tempo.

Pergunta: Fala mais sobre esses cursos profissionalizantes...

Resposta: A gente fez curso de garçom, de camareira, de atendimento, sempre vinculados a instituições, como é o IFPB, o Pronatec. Então, assim, de maneira geral, a gente...

Entrevistadora: Tinha bolsa?

Resposta: Tinha. Alguns tinham bolsa para as aulas. [...] Alguns tinham bolsa para aluno. Uma bolsa baixa, tipo R\$2 a hora da aula, mas, querendo ou não, fomenta que o

aluno fique até o final do curso. E, assim, é muito bom pela certificação, né? Manipulação de alimentos, a gente fez diversos cursos. Eu acho que uns oito ou nove durante o período de três anos a gente fez. E sempre bem procurado. Então, assim, a ideia era sempre ampliar mais. Inclusive, a gente ampliou cursos que não foi só para a área do turismo especificamente. A gente tinha para a área do turismo condutor local, como eu disse, curso de... O curso de máquina e turismo aquático, né? Para acompanhante e tudo. Então, assim, foram diversos cursos na área de turismo, mas a gente também fez para artesãos, para a identidade visual dos produtos, para a identificação com o município, né? Fazer produtos de artesanato que tivessem mais identidade com o município do conde do que de fora. Então, a gente fez diversos cursos nesse sentido.

Pergunta: Como você avalia a questão da infraestrutura na Praia de Coqueirinho?

Resposta: Então, a infraestrutura de Coqueirinho, ela tem uma infraestrutura que é relativamente boa. Só que a demanda de lá foi crescendo e essa estrutura que era relativamente boa foi ficando pequena. E esse processo de melhorar a infraestrutura passa por esses desafios com a comunidade local e o poder público também agilizar esses projetos para que saiam o mais rápido possível.

Eu acho que tem conversas bem avançadas, principalmente para sair a questão do banheiro e da ampliação das áreas de estacionamento, que estavam bem evoluídas, em função da questão do ordenamento da área. Mas tudo vai depender da situação. E principalmente agora, porque o período de acontecer qualquer intervenção lá é no período de baixa, que é basicamente de segunda à quarta-feira, depois do verão, carnaval, até um pouco antes do meio do ano.

Depois do mês do ano tem mais uns dois meses de alta e depois de agosto, setembro e outubro em diante já começa a ferver de novo. Então, assim, Coqueirinho tem uma sazonalidade bem específica. Porque não pode fazer nada o ano todo lá. Final de ano é impossível mexer lá. A quantidade do fluxo de veículos, de turistas que vão até lá, faz com que fique inviável qualquer intervenção que se faça lá.

